

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

INÊS APARECIDA TEIXEIRA

INFORMATIVIDADE NOS TEXTOS OPINATIVOS
ESCRITOS EM SITUAÇÃO ESCOLAR

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO

2012

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

INÊS APARECIDA TEIXEIRA

INFORMATIVIDADE NOS TEXTOS OPINATIVOS ESCRITOS
EM SITUAÇÃO ESCOLAR

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Língua Portuguesa, sob a orientação do Professor Doutor João Hilton Sayeg Siqueira

SÃO PAULO
2012

Banca Examinadora

Ao Eterno

que acima do céu se eleva.

que sendo imutável,

permanece para sempre.

que pelo Filho,

se faz presente.

a Ele

glória e gratidão.

Aos circundantes,

parceiros de existência,

a constatação de que precisamos sempre uns dos outros.

Samuel, Danielle e Raquel, minhas certezas.

Ari, um esteio.

O mundo comunicado é sempre fruto de um agir comunicativo ou de uma ação discursiva e não de uma identificação de realidades discretas, objetivas e estáveis.

Luiz Antonio Marcuschi

Resumo

Esta pesquisa, que tem como tema a informatividade como fator de textualidade no texto opinativo realizado como exercício redacional nas escolas, partindo da inquietação provocada pela reiteração das mesmas ideias na expressão opinativa dos alunos, aquilo que nomeamos aqui de senso comum. Também motivados pela evidente importância dada às produções escritas dos alunos, sejam como prática em sala de aula, sejam em exames externos que avaliam a qualidade do ensino básico.

O desafio de encontrar caminhos de aprimoramento para a produção escrita de opiniões motivou a revisão da informatividade entre os fatores de textualidade postulados por Beaugrande & Dressler (1981). Isso possibilitou entender como o material novo exerce controle na seleção do conteúdo significativo dos textos e como, assim, a informatividade limita ou motiva a comunicabilidade, na medida em que há ocorrências que indiquem baixa, média ou alta informatividade.

Para mensurar essas ordens de informatividade, as fontes de expectativas de informação foram organizadas em conhecimento linguístico e concepção de realidade, constituindo-se critérios para a análise no *corpus* de pesquisa.

Em quatro textos opinativos produzidos em situação escolar, desconstruídos da microestrutura para macroestrutura, observou-se os graus de ocorrências de informatividade.

Os resultados indicam que os textos em que costumeiramente encontramos ideias do senso comum são característicos de baixa informatividade; os textos de média informatividade são modelos que norteiam o texto adequado; e as produções de alta informatividade são de difícil interpretação, precisando de simplificação para serem compreendidas. São constatações que abrem caminho para o aprimoramento da produção textual na escola, uma vez que permitem uma visão mais precisa para avaliar a qualidade da abordagem temática dos textos opinativos.

Palavras-chave: texto opinativo – informatividade – senso comum

Abstract

This research, which is about the informativity of textuality as a factor in the opinionated text redaction performed as an exercise in schools, from the restlessness caused by repetition of the same ideas in the expression of opinionated students, what we name here common sense. Also motivated by the evident importance given to the students' written production, whether as a practice in the classroom, whether in external examinations that assess the quality of basic education.

The challenge of finding ways to improve the production of written opinions led to a revision of informativity among the textuality factors postulated by Beaugrande & Dressler (1981). This made it possible to understand how the new material exerts control in the selection of meaningful content of the texts and how, thus limiting the informativity or motivates communicability, to the extent that there are instances that indicate low, medium or high informativity.

To measure the informativity of these orders, the sources of information expectations were organized in linguistic knowledge and conception of reality, constituting criteria for analysis in the research *corpus*.

In four opinion writings texts produced in the school situation, deconstructed the microstructure to macrostructure, it was observed occurrences of the degrees of informativity.

The results indicate that the texts that usually find common sense ideas are characteristic of low informativity, the texts of average informativity are models that guide the appropriate text, and the production of high informativity are difficult to interpret, in need of simplification to be understood . They are finding that open the way to improve the production of texts in school, since they allow a more precise evaluation of the quality of the thematic approach of opinion pieces.

Keywords: text opinionated - informativity - common sense

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1 Senso comum e a produção escrita de textos opinativos.....	15
1.1 O conceito de senso comum dado na filosofia.....	16
1.2 Conceituação de senso comum em textos opinativos	17
1.3 Exemplos de Senso Comum no corpus.....	19
1.3.1 O senso comum refletido na linguagem	19
1.3.2 O senso comum na concepção de realidade.....	21
1.3.2.1 Realidade, argumentação e senso comum	23
1.4 Senso comum na produção de textos opinativos – conceito	25
Capítulo 2 – Fundamentação teórica	27
2.1 O Texto na dimensão textual	27
2.2 A relevância da informatividade no processo de textualização.....	31
2.3 A informatividade no texto opinativo.....	36
2.3.1 As fontes de expectativas como conhecimento linguístico e como concepção de realidade	37
2.3.1.1 Conhecimento linguístico - a construção da microestrutura	41
2.3.1.1.1 Convenções de linguagem	41
2.3.1.1.2 A coesão e as tramas de sentido	44
2.3.1.1.3 Referenciação: trilha da micro para a macroestrutura.....	48
2.3.1.2 Concepção da realidade – a dimensão da macroestrutura.....	52
2.3.1.2.1 A realidade pela coerência.....	52
2.3.1.2.2 Fatos do mundo real no texto opinativo	59
2.3.1.2.3 O contexto como cenário do modelo de situação.....	62

2.3.1.2.4 A argumentação da realidade.....	65
Capítulo 3 Análise do <i>corpus</i>	68
3.1 Categorias de análise	68
3.2 Apresentação do <i>corpus</i>	72
3.3 Análise	73
Considerações finais	92
Referências.....	95
Anexos.....	98
Anexo I - Redações usadas para conceituar senso comum	99
Anexo II – Redações que compõem o <i>corpus</i> de análise	100

Introdução

A partir de Saussure, a linguística abre perspectivas para ampliar a análise semiológica, não somente no nível gramatical, mas também, numa análise semântica e pragmática que permitem traçar linhas de sentido para a compreensão do conhecimento de mundo do enunciador. Por isso, responder à questão “o que é um texto?” envolve a complexidade linguística, por não ser possível comportar no espaço do conceito de texto tantas outras complexidades capazes de dar conta das partes constitutivas da expressão verbal humana.

Beaugrande (1997) afirma que a textualidade é não só a qualidade essencial a todos os textos, mas é também uma realização humana sempre que um texto é “textualizado”. Ele conceitua texto como um evento comunicativo, ressaltando que o processamento textual envolve vários princípios de textualidade que primam pela conectividade, visto que, na interação, os elementos são processados em rede. Os fatores de textualidade, definidos por eles, constituem bases de estudo para criação de caminhos para leitura e produção textuais.

Esses fatores, também, avaliam o processo de textualização e servem como parâmetros de análise e aperfeiçoamento do evento comunicativo. E, dentre eles, destacaremos a informatividade.

Embora Marcuschi (2008 p. 132) afirme que esse “critério” é o mais óbvio de todos, pois se um texto é coerente é porque desenvolve algum tópico, ou seja, refere a conteúdos”, este trabalho busca pesquisar a informatividade em textos opinativos como sendo a capacidade de acrescentar informação relevante, em que medida isso acontece na produção textual.

Assim, o tema desta pesquisa é a informatividade na produção de textos opinativos em situação escolar e o imbricamento dela com os fatores externos de textualidade, a partir de uma revisão teórica desse conceito definido por Beaugrande & Dressler (1981).

É cada vez mais enfática a solicitação de escrita de textos opinativos no cotidiano do ambiente escolar de formação básica, desde as séries finais do ensino fundamental até o Ensino Médio.

Nota-se, também, a valorização de textos que incluem a tipologia dissertativa nas avaliações externas e classificatórias, como nos vestibulares e no ENEM.

Na prática escolar do ensino de redação, um dos critérios avaliados nos textos escritos é como o tema foi tratado, que pertinência, que relevâncias foram competentemente abordadas pelo aluno escrevente. Esses pontos, embora sejam tratados como critérios objetivos de correção, são, na maioria das vezes, questionamentos de alunos que, mesmo produzindo um texto gramaticalmente perfeito, não atingem a nota máxima. Muitas vezes a pergunta “o que posso melhorar” feita pelo aluno interessado provoca inquietações no professor, por se tratar de abordagens tangenciais do tema proposto ao aluno. Assim, é um desafio pedagógico dimensionar de que modo o texto escolar é capaz de mostrar ideias relevantes, que expressam textualmente as inferências e observações da sua realidade.

Outra percepção inquietante é que normalmente a grande maioria dos textos opinativos produzidos em situação escolar ou em avaliações é considerada razoável ou mediana. Isso porque não são percebidas marcas de autoria ou projetos de dizer, as abordagens temáticas se repetem na maioria dos textos e, por isso, são cheios de clichês, ditados populares e ideias falaciosas. Mostram-se distantes da realidade expressa pelo contexto histórico, geográfico, cultural, econômico e de outras ciências humanas e biológicas com que, acredita-se, o aluno tenha contato. Chamaremos de senso comum todas essas situações e a descrição delas será abordada mais detalhadamente no corpo deste trabalho.

Isso nos leva a questionar como a realização linguística se efetiva para além do ato da escrita e de que maneira a informatividade possibilita detectar a representação de mundo e a percepção da realidade do aluno em um texto opinativo. E também entender como a informatividade se relaciona aos fatores internos de coesão e coerência e que critérios de análise possibilitarão tratá-la de modo mais objetivo.

Os fatores de textualidade internos: coesão e coerência; e os externos: intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, intertextualidade e informatividade quando perfeitamente dispostos e representados por meio da linguagem fazem com que um texto seja, de fato, texto de todo significativo, com unidade de sentido; sendo eles determinantes da textualização, uma vez que fator é tudo o que executa algo a fim de contribuir para um resultado.

Dessa forma, mesmo imbricada a outros fatores, a informatividade destacada na análise de textos opinativos produzidos em situação escolar pode contribuir para uma visão mais apurada da qualidade das argumentações. Pode também servir de mecanismos de observação para as diferentes formas que o texto recorre para inter-relacionar o tema com o

conhecimento de outras disciplinas apreendidas na situação escolar, incluindo também sua vivência e sua experiência de mundo.

Portanto, espera-se que essa pesquisa possibilite conhecer como a qualidade da informatividade é expressa na linguagem. E, por meio de um modelo de análise, levantar padrões de informatividade e relacioná-los à tematização e à capacidade de argumentação do texto opinativo, evidenciando na linguagem as formas de imbricamento da informatividade, mais especificamente, com outros fatores internos de textualidade

Buscaremos detectar em um *corpus* os processos de escrita capazes de elaborar o sentido de realidade, o sentido de mundo com qualidade crítica. Demonstrando, em diferentes situações de produção textual, o modo como a informação foi trabalhada na linguagem e que representatividade de realidade traz no seu interior. Supomos que as marcas coesivas, a coerência e as inter-relações darão pistas que, de modo global, nos indicarão os níveis de informatividade e, por sua vez, a capacidade de realização linguística da produção.

Para isso, focaremos, como embasamento principal, o fatores de textualidade postulados por Beaugrande & Dressler (1981), e revisados por Koch (2009). Entre eles será dado destaque à informatividade, constituinte da textualidade, numa revisão desse conceito com aspectos levantados no texto original julgados relevantes para esta análise da informatividade nos textos escolares.

Na revisão teórica da informatividade, serão investigadas as fontes de expectativas indicadoras dos níveis de baixa, média e alta informatividade, relacionando essas fontes aos fatores internos de textualidade: coesão e coerência.

Para chegar ao nível textual, as fontes serão divididas em as que tratam do conhecimento linguísticos e as que abordam a concepção da realidade. A segunda fonte (convenções da linguagem) e a terceira fonte (o novo no texto) darão conta de como a informatividade se relaciona ao conhecimento linguístico. Para verificar a informatividade relacionada à concepção de realidade construída no mundo textual, abordaremos a primeira fonte (fatos do mundo real), a quinta fonte (contexto) e a quarta fonte (tipologias e gêneros textuais) que, neste trabalho focará apenas questões de argumentatividade.

No modelo de análise, tomaremos como *corpus* uma amostra de quatro produções textuais de alunos do Ensino Médio: dois deles com indicação de baixa informatividade, um com informatividade média e outro com alta informatividade. O levantamento das fontes de expectativas relacionadas aos conhecimentos linguístico e ao

conhecimento de mundo (percepção da realidade), fornecerão elementos para mostrar como os níveis de informatividade podem ser percebidos textualmente nesses textos.

Para tanto, esta dissertação organiza-se em três capítulos, excluindo a introdução e a conclusão, com a seguinte estrutura:

No capítulo 1, buscamos mostrar de maneira minuciosa o que estamos nomeando aqui de senso comum, baseando-nos na conceituação desse termo da filosofia em Chauí (2000), transpondo esse valores para a textualidade e aplicando-os em excertos aos quais classificamos como típicos do senso comum.

No capítulo 2, instauramos o conceito de texto e textualidade do qual parte a pesquisa, e passamos, então a revisar o fator de textualidade a partir Beaugrande & Dressler (1981), indicando sua relevância no processo de textualização e a relação dele com outros fatores de textualidade. Também, a fim de possibilitar a mensuração da informatividade nos textos, esse capítulo organiza as fontes de expectativas, responsáveis pelos graus informativos nos textos, em duas direções: o conhecimento linguístico e a concepção de realidade. Para dar conta destas duas vertentes, a fundamentação para o conhecimento linguístico foi feita a partir de Sautchuk (2003) e Halliday & Hansan (1976) ao que se refere aos processos de coesão. Para referência usamos Koch (2010) e Marcuschi (2010). Na direção que contempla a concepção de realidade, usamos, como base principal para coerência, Antunes (2005) e Koch e Travaglia (2011). Hanks (2008) e Van Dijk (1992) fundamentam as questões sobre fatos do mundo real e contexto. A parte sobre argumentação se baseia nos postulados de Platin (2008).

O capítulo três organiza as categorias de análise a partir da base teórica, especificando a sequência pretendida para se chegar aos resultados, apresenta e contextualiza o *corpus*, e faz a análise proposta.

Por fim, espera-se que essa pesquisa possibilite abrir caminhos para compreender a qualidade das opiniões emitidas por alunos em ambiente escolar, além de trazer a evidência a informatividade dentro da textualidade. Com isso, podem-se criar bases para ampliar os recursos metodológicos para a avaliação de redação e posterior aplicação ao ensino de textos opinativos.

Capítulo 1 Senso comum e a produção escrita de textos opinativos

O que motivou esta pesquisa foram as diversas ocorrências na produção do texto opinativo que indicavam uma fraca abordagem do tema, como generalizações, tangenciações e indícios de falta de autoria. São textos que, na avaliação, recebem nota baixa para o desenvolvimento tema e para o atendimento da proposta solicitada. Mesmo que alguns pontos defasados da competência escritora possam ser pedagogicamente tratados, é difícil pontuar a qualidade temática no plano linguístico e, assim, indicar objetivamente ao aluno um caminho para melhorar a abordagem temática de sua produção.

Outro ponto é a constatação de que, nas produções de textos usadas para retirar o *corpus* dessa pesquisa, 69% das redações dos textos escritos por alunos do Ensino Médio apresentaram fraca profundidade do tema. Além do que, a experiência de muitos professores e corretores de redação faz saber o quanto esse problema é comum nos textos produzidos em situação escolar.

Pécora (2011), em um *corpus* de aproximadamente 1.500 redações de uma pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas, verificou que os problemas que apareciam no interior da oração eram em grande número de coesão textual e de unidade semântica. Entre eles, o autor destaca a incompletude associativa, mau emprego de anafóricos, redundância, noções confusas e lugar-comum. Suas pesquisas levaram a ver que a ausência de especificidade semântica compromete o êxito argumentativo. Em outras palavras, se o aluno não tem o que dizer, dificilmente produzirá um texto satisfatório em termos de linguagem e expressão escrita.

Neste trabalho, chamaremos de senso comum o conjunto desses problemas (daqui para frente, neste capítulo, SC). A fundamentação será o conceito de SC postulado pela filosofia, cuja definição estará correlacionada às ocorrências de problemas desse tipo em textos opinativos. Para isso, visitaremos as definições de SC dadas pela filosofia em duas fontes bibliográficas: o dicionário de filosofia de Abbagnano (2007) e Chauí (2000).

1.1 O conceito de senso comum dado na filosofia

Abbagnano (2007), no dicionário de filosofia, designa “senso” como a capacidade de julgar em geral. O termo “senso comum” foi definido desde Aristóteles que indica essa expressão como a capacidade geral de sentir. Atribui ao SC duas funções: a primeira é capacidade de “sentir o sentir” a consciência da sensação; a segunda é perceber as determinações sensíveis comuns a vários sentidos (o movimento, o repouso, o aspecto, o tamanho, o número, a unidade). Essa noção foi retomada e aceita mais adiante pelos estóicos, por Avicena; depois passou para a escolástica medieval com Tomás de Aquino e, mais tarde, foi aceita por todos os aristotélicos. Para os escritores clássicos latinos, essa expressão passou a ter o significado de costume, gosto, modo comum de viver e de falar. Cícero chegou a afirmar que era falta grave para um orador abominar o costume do senso comum.

Mais tarde, Vico, lapidando esse conceito nascido do pensamento tradicional latino, afirmava que o senso comum é um juízo sem reflexão, comumente sentido por toda uma ordem, todo um povo, toda uma nação, ou por todo um gênero humano. Em 1764, T.Reid usa essa expressão para designar as crenças tradicionais do gênero humano, aquilo em que todos os homens acreditam ou devem acreditar.

Hoje, com um significado análogo, Dewey, ressaltando o caráter prático do senso comum afirma que os problemas e as indagações do SC dizem respeito às interações entre seres vivos e o ambiente, com o fim de realizar objetos de uso e de fruição, os símbolos empregados são determinados pela cultura corrente de um grupo social. Trata-se, portanto, de um sistema mais prático que intelectual. As significações são efeito da linguagem cotidiana comum, com o qual os membros do grupo se intercomunicam.

Na doutrina de Kant, o SC é o princípio do gosto, da faculdade de formar juízos sobre os objetos do sentimento geral. “Tal princípio só poderia ser considerado senso comum, que é essencialmente diferente da inteligência comum que, às vezes, também é chamada de senso comum, pois esta não julga conforme o sentimento, mas conforme os conceitos, embora se trate em geral de conceitos obscuramente representados” (crítica do juízo §20).

Chauí (2000) relaciona as características próprias do SC de forma mais didática:

a) São subjetivos, exprimem sentimentos e opiniões individuais de grupos, dependem de condições. Ex.: Se for hindu, uma vaca será sagrada; já um açougueiro só está interessado na qualidade da carne.

b) São qualitativos, heterogêneos e polarizadores: ou é doce ou azedo, ou bom ou é ruim, úteis e inúteis etc. Distinguem pelo ponto de vista, pelo que parece, e não pela essência.

c) São individualizadores; cada fato aparece ser autônomo e final: a pedra é dura, o mel é doce, o fogo é quente. Também, como generalizadores, reúnem avaliações semelhantes para categorias diferentes. Por causa da generalização, estabelecem relações de causa e efeito, credices e dito populares, como, por exemplo: “onde há fumaça, há fogo”.

Portanto, Chauí (2000) explica o SC como uma abordagem não científica, uma vez que, para o SC, a ciência se iguala à magia, por isso o SC relaciona-se a fatos, a sentimentos, a percepções da alma. Tornam as ideias subjetivas e generalizadoras, cristalizando preconceitos a partir dos quais a realidade é interpretada.

Com essas definições propostas pela autora, passaremos a identificar as características do senso comum nas produções escritas de textos opinativos feitas por alunos de Ensino Médio.

1.2 Conceituação de senso comum em textos opinativos

Para estabelecer uma linha de abordagem favorável ao que se pretende mostrar neste trabalho, as características similares estão reunidas em dois grupos. No primeiro serão abordadas as ocorrências de SC relacionadas ao conhecimento linguístico, isto é, encontradas no trato gramatical e na seleção lexical. No segundo grupo, as ocorrências relacionadas à concepção da realidade.

No primeiro grupo, relacionadas ao conhecimento linguístico, estão às características do SC na linguagem e no léxico. Denotaremos SC a) as ocorrências de palavras sem conteúdo específico, como algo, coisa, bom, ruim, palavra sem especificidade, expressão vaga, termo amplamente genérico ou com vazio semântico, apontando para uma percepção

imediate; b) as relações impróprias entre palavras e expressões, por ignorar o contexto a que o assunto se refere; d) as repetições da palavra-tema sem progressão temática e e) as expressões de lugar-comum, clichês, frases feitas.

No segundo grupo, apontamos problemas de SC relacionados à concepção de realidade. São ocorrências que indicam problemas de noção da realidade, como fuga, subjetividade, emotividade, visão do mundo precária e distorcida, efêmera e pessoal do mundo, observação o mundo a partir de dados sensíveis. (mundo sensível). São afirmações que demonstram dependência de juízos pessoais envolvendo julgamentos a partir de valores emocionais ou aparentes, em oposição à racionalidade exigida pela argumentação em um texto opinativo que busca impessoalidade, a fim de dar dimensões universalizadas a uma afirmação.

As abordagens do SC não fazem relações nem conexões com outras circunstâncias. A discussão da realidade se dá a partir de pré-noções, pré-juízos e preconceitos, refletindo um conhecimento espontâneo. É um saber contido no grupo social, com crenças estabelecidas pela sociedade e fixadas no inconsciente.

Percebe-se também, com isso, a avaliação imediatista feita a partir de valores particulares, emocionais e aparentes. Ou, ainda, a ausência de relações, a acomodação mental de fazê-las, leva ao conhecimento subjetivo, resultante de juízos que envolvem emoções e valores pessoais. Com isso, as opiniões fecham-se circularmente em verdades evidentes, assistemáticas. Os dados observados não são selecionados de forma rigorosa (rigor científico) e ficam restritos a uma pequena amostra da realidade, desencadeando superficialidades e fragmentações: o que se observa para um, observa-se para todos, daí nascem as generalizações.

As conclusões incoerentes denunciam um saber voltado para a consecução de objetivos que buscam benefícios imediatos. Um ponto denunciador dessas condições é a má compreensão da interlocução e dos limites coerentes do diálogo do texto opinativo, entre o emissor e receptor. É comum emergirem nesses textos o EU que acha e o VOCÊ que deve agir de determinada forma diante do exposto.

E, finalmente, para perceber qual realidade está sendo registrada no texto, há os problemas de argumentação decorrentes do SC. Por ser um juízo sem reflexão, as afirmações são tomados de ideias preestabelecidas; os argumentos são confusos e vagos, ocorrendo generalizações apressadas e imprecisas. A visão da realidade fragmentada produz ausência ou

problemas de sequenciação na articulação das ideias, além de conexões incoerentes e ilógicas, como contradições, circularidade, quebra da progressão argumentativa. Os argumentos, sem criticalidade, criam uma “pseudo-crítica” quando se dá a reprodução do conhecimento comum sem base argumentativa, sem relações lógicas de causa e consequência, sem dados consistentes e críveis, instaurando-se, assim, paralogismos.

1.3 Exemplos de Senso Comum no *corpus*

A fim de deixar claro o conceito de SC exposto até aqui, usaremos trechos selecionados do *corpus* de textos opinativos produzidos para este estudo, em que foi solicitado aos alunos que opinassem sobre o tema “O Brasil precisa ser habitado por cidadãos”. Cópias dos textos estão no anexo I.

Os excertos abaixo são alguns trechos problemáticos selecionados pelo professor para serem refeitos com objetivo de vencer as ocorrências de senso comum.

Convém antes observar que, infelizmente, muitos destes trechos que serão apresentados poderiam ser incluídos nas pérolas que geralmente servem de piada. Muito além do riso, são pontos denunciadores da baixa condição de expressão escrita e, por isso, merecem ser tratados com mais seriedade. Por questões práticas e avaliativas, as ocorrências do *corpus* estão transcritas *ipsis litteris* e organizadas conforme os grupos identificadores do SC descritos acima.

1.3.1 O senso comum refletido na linguagem

1. *As pessoas deveriam ter mais consciência e lembrar que o Brasil é de todos, e que a gente tem direito de viver nele da melhor maneira possível...*
2. *Sabemos que o Brasil é um país que necessita de nós, seres humanos, para habitá-lo.*
3. *... Enfim, o Brasil precisa ser habitado para não deixar ao escasso esse país maravilhoso que ele é e as coisas e lugares especiais que ele pode oferecer.*

4. *O cidadão no Brasil precisa de emprego e também várias coisas. O Brasil também precisa de cidadão para conseguir dinheiro e comprar coisas para o Brasil...Um bom país só tem que parar com isso, briga, morte, discriminação, etc.*
5. *Nós, brasileiros, temos que ser cidadão para o nosso país ir pra frente, nós temos que fazer uso do nosso direito de cidadão.*
6. *Bom, a necessidade é sem cidadão o Brasil não existiria, não seria um país...o Brasil é um lugar bom pra se viver, sem cidadão não existiria o Brasil.*
7. *O Brasil hoje em dia parece ser habitado por um bando de pessoas irresponsáveis que não têm amor à pátria pois destroem patrimônios públicos que ao invés disso deveriam zelar pelo que é de todos...*

Nos excertos acima, vemos a recorrência de trechos com clichês, lugar comum e frases feitas, como: “o Brasil é de todos”, “esse país maravilhoso”, “para nosso país ir para frente”, “o Brasil é um lugar bom de se viver” e “não têm amor à pátria”. São todas frases consagradas pelo uso comum, usadas para socorrer a ausência de vocabulário e para suprir a deficiência de expressividade linguística. “O lugar-comum é, na verdade, um lugar de ninguém, uma cidade fantasma” (PÉCORA, 2011, p.96).

Outro ponto que denuncia o SC na linguagem é o uso de expressões vagas, imprecisas, generalizantes e superficiais como “coisas e lugares especiais que ele pode oferecer”, “um bom país”, “ser pessoas melhores”, “um lugar bom”, “o cidadão precisa de emprego e de várias coisas”, “conseguir dinheiro e comprar coisas” e “pensar antes de fazer estas coisas”. São recursos usados também para suprir a ausência de conhecimento, de informação aprofundada sobre o tema. Superficiais e vagos, parecem dar conta do dizer, e fazem assim do dizer, um não-dizer, um engodo linguístico, um vácuo semântico.

8. *Portanto nós temos que nos conscientizar e ser pessoas melhores para que o Brasil cresça.*

Um destaque aqui para a palavra da família *consciência*. A escolha dela leva a uma ideia comumente disseminada pelo SC de que a conscientização é a resposta para todos os males da humanidade. Pécora (2011, p.89), no seu trabalho, explica que a utilização da palavra *consciência* “representa sempre um valor consagrado, um discurso da luz, uma

espécie de positivo absoluto. O mesmo acontece com as noções de liberdade, justiça, democracia...” São expressões que diluem os valores, tonando-os genéricos.

1.3.2 O senso comum na concepção de realidade

Desses excertos abaixo, destacamos pontos que indicam uma deficiência em relacionar a realidade com a opinião solicitada pelo tema. As afirmações indicam falácias, enganos e concepções até mesmo absurdas para um competente observador do cotidiano.

9. *Eu ainda acredito num país melhor e com justiça e não pessoas ruins e sim pessoas de bom-carater.*
10. *Ao assistirmos noticiário não vemos coisas agradáveis mas sim tragédias, violências, negligência em geral que acaba atingindo a população como um todo, mas isso acontece na nossa frente e acabamos vivenciando coisas desagradáveis, como por exemplo nos hospitais, muitas vezes caímos em mãos despreparadas, que não estão capacitadas para um certo atendimento.*

Outra situação comum às situações a que estamos chamando de SC é a tendência polarizadora das ideias. O bom e o ruim estão sempre pareados, assim como expressões similares como na ocorrência acima: “coisas agradáveis” e “coisas desagradáveis”. Além da expressão vaga da palavra “coisa” há a oposição pobre das ideias, típicas do SC.

A noção do dever e do valor consagrado permeia o SC. Seja como for, deve-se denunciar o mal, o ruim a fim de que o bem vença. Daí a ênfase em “pessoas de bom caráter”. Pécora (2011), em sua pesquisa, constatou que essa noção do dever equivale a cerca de 50% das redações analisadas por ele. Esse posicionamento apela para um padrão moral específico e dispensa o escritor de elaborar provas específicas. Os valores consagrados também suspendem a criação de argumentos por usar segmentos congelados da linguagem.

11. *É uma das coisas que as pessoas entendem que o Brasil é um país muito bem habitado por seres humanos que ajudam nas necessidades do nosso país.*
12. *Então vamos colaborar com o nosso povo assim nós podemos ficar todo mundo feliz.*

Essa realidade distorcida faz com que se crie um mundo idealizado que venha suprir as carências emocionais do “povo” que elege o SC como visão de mundo. Não importam as mazelas humanas, se no dito comum o bem sempre será maior. Há sempre no desejo popular a expectativa do “final feliz”.

- 13. Sem nós o Brasil não iria nem existir, foi nós que descobrimos o Brasil, graças a Pedro Álvares Cabral foi o homem que descobriu o Brasil e os índios.*
- 14. O Brasil tem necessidade de o povo brasileiro porque sem os brasileiros o mundo não teria por exemplo a copa do mundo, não teria medalhas de ouro para cidadania brasileira etc..*

A realidade do SC compreende a história de uma forma distorcida, acredita que o Brasil é mérito de Álvares Cabral que, heroicizado, recebe as honras de toda uma nação. É um conhecimento subjetivo, cheio de abordagens idealizadas e ufanistas do Brasil.

- 15. O Brasil, como qualquer outro país, necessita de cidadãos porque se não houvesse cidadãos, não teria lojas, escola, casas, prefeito, governador etc..*
- 16. A necessidade do Brasil ser habitado por cidadãos é muito simples, se não houvesse cidadãos o país is ser uma bagunça total.*
- 17. A importância é que o Brasil tem muito comércio hoje e aí se não houvesse pessoas, não teria quem comprasse.*
- 18. Para que o Brasil se torne um país desenvolvido é preciso que ele seja povoado pós nós e por outros povos.*

Essas quatro ocorrências acima demonstram total alienação do que significa ser cidadão. Confundem a acepção de cidadão com a definição de seres humanos e pessoas, além de a fala estar totalmente desconexa da realidade e do contexto sugerido pelo tema. São problemas de baixa informatividade que desencadeiam o SC, generalizando acepções particulares ou as simplificando, como se o autor quisesse encerrar logo a escrita de sua opinião.

19. *Então eu acho que as pessoas deveriam pensar antes de fazer essas coisas porque quem sai perdendo são eles mesmos, e sem contar que fica horrível.*
20. *Para você ser um cidadão é só você ajudar as pessoas que precisam, não jogar lixo nas ruas, se preocupar com o país em que você vive, e acima de tudo ter respeito com o seu próximo, com todos ao seu redor.*

A questão da interlocução expando o EU e o VOCÊ mostra a deficiência de posicionamento do interlocutor na opinião. O argumento fica em segundo plano e é colocado em destaque o EU que “acha” e o VOCÊ que “deve agir” a partir do “achismo” do EU. Como há fraca exposição dos fatos da realidade, sobra o peso da opinião no diálogo EU/VOCÊ. A imagem do interlocutor aponta a dificuldade de distinguir limites para as diferenças entre produção e recepção, uma vez que o escritor não trata o texto no nível referencial de linguagem. Entende, assim, a expressão da opinião como uma conversa hipotética.

1.3.2.1 Realidade, argumentação e senso comum

Focaremos nas ocorrências a seguir uma série de problemas oriundos da argumentação usada para expor uma opinião. O SC se justifica nestes trechos pelo uso de ideias generalizadoras, problemas de sequência lógica e articulação de ideias e, o mais comum de todos, as relações ilógicas de causa e consequência.

21. *O Brasil é um país igual aos outros, tem seus habitantes, suas culturas, suas religiões e etc. a maioria dos cidadãos do Brasil são muito supersticiosos, pelo fato em que cada um tem sua crença religiosa.*
22. *Não só o Brasil mas como todos os outros países devem ser habitados por cidadãos, porque sem as pessoas um país como o Brasil, porque sem os cidadãos não tem como escolher um presidente para o país...*
23. *Graças aos nossos antepassados nós fomos criados, nós nascemos. Se não fossem eles nós nem iríamos existir.*

Nessas ocorrências, o SC se revela uma verdade evidente na afirmação superficial e sem reflexão nos trechos em que diz que “o Brasil tem habitante como outros países” ou que “nós nascemos graças aos antepassados”. Também, no trecho 23, a verdade evidente serve de condição para nossa existência, numa relação totalmente desnecessária: “só existimos por causa dos nossos antepassados”.

Nas relações de causa e consequência, na ocorrência 22, a razão para a superstição do brasileiro é a crença religiosa. Isso demonstra pouca ou nenhuma reflexão nos fatos, somente a repetição do que é popularmente conhecido: brasileiro é religioso e é supersticioso. Todas essas situações remetem a uma situação de SC, pois são frutos de generalização apressada, imprecisa e com juízo sem reflexão.

24. Eu penso que o Brasil tem necessidade de ser habitado pelo ser humano e pelo cidadão porque se não houvesse cidadão não haveria leis e se não houvesse leis haveria crimes o tempo todo assassinatos a todo momento então a humanidade iria se corroendo em sangue e então teríamos um ser humano matando outro e então em alguns anos a humanidade se acabaria e então a terra ficaria como os outros planetas do nosso sistema solar desertos só com animais se eles sobrevivessem a crueldade do homem sem leis e sem escrúpulos e finalizando não teríamos humanidade.

No trecho não há encadeamento nem progressão argumentativa, os dados (não consistentes nem críveis) desembocam numa conclusão ilógica. Os argumentos refletem os fantasmas do SC: a violência e a extinção da humanidade.

25. O Brasil tem necessidade de ser habitado por cidadãos porque são os cidadãos que fazem o Brasil, sem as pessoas não seria nem um país. Hoje o Brasil é o país do futebol, tem uma boa economia por isso o Brasil é como os outros países, mas como qualquer outro país tem suas vantagens e desvantagens as pessoas que são brasileiras são muito inteligentes não que nos outros países não sejam, mas não só o Brasil, mas também os outros países se não fossem habitados por seres humanos não teriam a mesma evolução que hoje temos...

26. Hoje o Brasil está bem evoluído se tem o presidente, governador, vereador e muitos outros cidadãos são elegidos pelo povo para cuidar do país. É assim que eu vejo a necessidade de o Brasil ser habitado por cidadãos.

A conclusão das afirmações apresentadas é um juízo sem reflexão. O modo como o autor vê a cidadania está na eleição, isso porque o SC apela para a esperança de as eleições serem a resposta para todas as situações.

27. Os cidadãos que habitam o Brasil trazem mais problemas do que benefícios já que eles só pensam em como fazer as coisas sem sair do sofá.

O excerto traz uma conclusão incoerente, circunscrita a uma pequena amostra da realidade. Primeiro trabalha com extremismos: problemas *versus* benefícios. Depois generaliza a atuação dos cidadãos brasileiros e constitui como causa o fato de não quererem “sair do sofá”.

1.4 Senso comum na produção de textos opinativos – conceito

Portanto, o SC, definido pela filosofia como capacidade geral de sentir, caracteriza neste trabalho as ocorrências comuns nos textos opinativos produzidos em situação escolar. Organizado aqui em dois pontos, o SC, na produção escrita, indica a) na linguagem, a generalização e o uso de palavras sem conteúdo específico, assim como a pobreza da escolha lexical; b) na concepção de realidade, o SC é representado pela subjetividade, pelos juízos pessoais de valores aparentes, pelo problema de verdade evidente e pelas relações de causa e consequência do percurso argumentativo.

É importante destacar que os pontos mostrados no estudo deste capítulo, por questões de adequação, visaram a determinados aspectos. A divisão aqui tem só a intenção de demonstrar o que estamos chamando de SC nos textos opinativos.

Outra observação é que as diferentes ocorrências de SC podem ser encontradas simultaneamente, de forma prismática. Em uma mesma ocorrência pode haver problemas de

linguagem e de noção de realidade. Aliás, se há dificuldades em perceber a realidade, essa deficiência refletirá na linguagem e na seleção lexical. Isso significa que um ponto pode ser olhado somente pela noção de realidade, ou pelos aspectos de linguagem, ou ainda, simultaneamente, em ambas as vertentes.

Portanto, este capítulo não tem a pretensão de esgotar nem de aprofundar as classificações de SC na escrita de textos opinativos. O propósito deste trabalho é estudar a informatividade proposta por Beaugrande & Dressler (1981) nas ocorrências de SC, que serão adiante qualificadas como ocorrências de 1ª. ordem, em contra-ponto com as de 2ª. e 3ª. ordens.

Costa Val (2002), ao estudar as condições de produção de textos, analisou cem redações elaboradas por candidatos ao curso de Letras da UFMG no vestibular de 1983. Em mais de 50% das redações foi detectado o discurso anônimo (sem marcas de autoria) com ideias recorrentes; e, sendo esse discurso “de conhecimento geral, pode-se também considerá-lo como informação previsível e avaliar sua presença como elemento que faz baixar o grau de informatividade” Costa Val (2002, p.15).

É este ponto que desejamos enfatizar: o grau de presença da informatividade nos textos opinativos produzidos em situação escolar. E, na revisão dessa teoria, encontrar, na metodologia de análise, meios de avaliar as ocorrências desse fator textual.

Capítulo 2 – Fundamentação teórica

2.1 O Texto na dimensão textual

Antes de tratarmos especificamente da informatividade, convém revisitarmos rapidamente as teorias que deram origem à linguística textual e aos processos de textualização.

A partir de Saussure, a linguística abre perspectivas para ampliar a análise semiológica, não somente no nível gramatical, mas também, no nível semântico e pragmático, traçando linhas de sentido para a compreensão do conhecimento de mundo. Por isso, responder à questão “o que é um texto?” envolve uma complexidade, pois o espaço para o conceito de texto comporta muitos aspectos que buscam dar conta das partes constitutivas da expressão humana. Então, é necessário, neste momento de pesquisa, esclarecer as relações conceituais de texto e textualidade.

Com os estudos semânticos, após os anos 60, e com os questionamentos sobre o estruturalismo linguístico, abriram-se as bases para uma semântica da língua, dentro da linguística textual.

Depois de uma grande guinada entre os anos 80 e 90, as bases teóricas da linguística textual fixaram-se em 2000. Assim, o texto compreendido na dimensão semântica não mais se reduz somente à palavra inscrita na dimensão de frases, amplia-se considerando a língua como fala, a língua como pensamento e expressão da linguagem, uma vez que essas quatro dimensões cognitivas (língua, fala, pensamento e linguagem) funcionam em concomitância.

Nessa nova orientação da linguística, na noção de texto, “inverte-se o método ascendente, da frase para o texto, isto é, postula-se o método descendente, do texto para a frase e, deste, para as unidades menores.” (KOCH, 2009, p.19). Assim não há limites de projeções finais, já que a fala se cria e se recria no entorno da tecnologia, da cultura e do conhecimento humano.

Para a semântica, o texto, como unidade de pensamento, é uma frase complexa, uma unidade de comunicação, expressão de uma ideia completa (KOCH, 2000). Assim o

texto se compõe a partir de uma microestrutura de elementos coesivos na sua superfície, e vai até uma expansão de macroestruturas organizadas por tema / rema, dado / novo, oposto / pressuposto / subentendido.

Charolles (1997, p. 40) alerta que “da mesma maneira que um conjunto de palavras não produz uma frase, um conjunto de frases não produz um texto”. O texto está diretamente ligado ao sentido da expressão, do dizer. É praticamente uma expressão natural da comunicação, pois não há dificuldade em perceber que aquilo que as pessoas dizem em situação normal tem sentido, não são contraditórias nem absurdas (ANTUNES, 2005).

Mesmo não sendo o foco desse trabalho, convém ressaltar, a fim de reafirmar a amplitude da linguagem, que tudo que traz embutido um pensamento e é expresso por um signo é texto: imagem, teatro, dança, escultura, pintura etc. Porque todos requerem leitura e ler é um trabalho de re-significação de mundo. Assim, o

“texto, em sentido lato, designa toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano, (quer se trate de um poema, quer de uma música, uma pintura, um filme, uma escultura etc.), isto é, qualquer tipo de comunicação realizada através de um sistema de signos.” (KOCH, 2009, p. 25)

Em Bakhtin também encontramos a afirmação de que o texto é um conjunto coerente de signos que podem ocorrer na musicologia, nas artes plásticas e nas obras de artes. “São pensamentos sobre pensamentos, vivências das vivências, palavras sobre palavras, textos sobre textos.” (BAKHTIN, 2006 p. 308) Por trás dos signos estão a revelação do pensamento e da humanidade dos homens.

Na concepção focada no sentido da palavra expressa verbalmente, texto é tessitura e tecido. É a ideia construída por conteúdos vindos do pensamento pelos fins da linguagem verbal, sendo a textualização o tecer constitutivo da fala, a construção do sentido do texto e o uso do signo linguístico como tijolos na construção de uma ideia. Isso significa que não estamos trabalhando apenas com elementos de linguagem – texto e palavra. Quando pensamos na leitura, temos que pensar em disciplinas co-ocorrentes, não há como trabalhar só na questão da linguística.

Koch (2009) apresenta a conceituação de texto a partir de Hjelmslev dizendo que o texto equivale a todo e qualquer processo discursivo e que a textualidade é uma aptidão específica do ser humano. É alinear e formaliza-se linearmente por meio do discurso.

Bakhtin (2006), por exemplo, faz uma análise filosófica do conceito de texto, sem partir do ponto da linguística e da análise literária, mas o faz nos campos limítrofes dessas disciplinas, no cruzamento e junção delas.

E, finalmente, Beaugrande (1997) diz que “A textualidade é não só a qualidade essencial a todos os textos, mas é também uma realização humana sempre que um texto é ‘textualizado’”. Ele conceitua texto como um evento comunicativo, ressaltando que o processamento textual envolve vários princípios de textualidade que primam pela conectividade, visto que, na interação, os elementos são processados em rede. Dessa forma, ele organiza os sete princípios de textualidade em duas vertentes: fatores internos e fatores externos.

São fatores internos de textualidade:

A coesão e a coerência constroem uma unidade de sentido que se explica por uma dupla lateralidade. A coesão estabelece as ligações de sentido realizadas pela linguagem na microestrutura textual. A coerência constrói o sentido global do texto na macroestrutura. Assim coerência e coesão são trabalhadas na dimensão cognitiva, compreendendo o texto como discurso.

São fatores externos de textualidade:

A noção de intencionalidade se refere ao modo pelo qual os textos são constituídos e usados por seus produtores a fim de propiciar-lhes a realização das intenções, fato este que depende, de modo geral, da aceitabilidade por parte daquele a quem o texto se destina. A intencionalidade leva o outro a saber o que não sabia ou abandonar o que sabia. Quem escreve possui um conhecimento cognitivo e transmite seu ponto de vista através de uma progressão semântica, a fim de que o outro compreenda, considere ou reaja ao tema proposto.

A aceitabilidade refere-se à aceitação do texto do outro como coerente, No texto, para haver a interação, negocia-se com o outro, num saber partilhado. Todas as pessoas do mesmo grupo social têm a mesma forma de interação e não há aceitabilidade fora das cognições sociais.

A situacionalidade refere-se à adequação do texto à situação sócio-comunicativo-interacional. O referente está dentro de uma situação histórica. O texto só produzirá sentido dentro de um contexto situacional. Sem isso, o texto não é aceito.

A intertextualidade diz respeito ao conhecimento de outros textos. Todo texto é resposta de um texto anterior. Na textualidade percebe-se essas estratégias de associação de conhecimento, com experiências prévias de outros textos.

A informatividade relaciona-se à exigência de um texto constituir-se sob o equilíbrio de informações novas e antigas. A circunstância nova é o tema que nega um saber comum para criar a informação nova, uma mudança em relação ao saber social. A informação nova parte de um referente relativo ao saber comum da sociedade.

O imbricamento de todos esses fatores permite que um conjunto de palavras seja denominado texto.

Koch (2000) ressalta que, desde as origens da Linguística de Texto até os nossos dias, o texto foi visto de diferentes formas. No interior da pragmática, o texto deixa de ser entendido como uma estrutura acabada (produto), passando a ser abordado no seu próprio processo de planejamento, verbalização e construção, texto como processo. É nesse aspecto que os fatores de textualidade criam a dinâmica para a realização do texto.

Em relação ao ensino, não se pode esquecer que o texto é o objeto de estudo, porquanto nunca saiu da sala de aula. A língua, no texto, abre recursos para falar e dizer, suportada pela gramática e pelo léxico. No entanto, Antunes (2005) afirma que a escola não nos ensina a fazer textos, apenas deve se dedicar a ampliar as competências que já trazemos. Talvez esse seja o grande problema de ensino na escola, querer refazer a textualidade natural dos alunos, desprezando a naturalidade da reflexão e expressão verbal humana. Com isso a redação escolar rebaixou-se para tarefa escolar, muitas vezes materializando-se como reprodução de gêneros engessados por sequências didáticas.

Portanto, fechamos o conceito de texto para este momento como discurso manifestado linguisticamente, por meio de textos (em sentido estrito). Nesse, sentido, o texto consiste em qualquer passagem falada ou escrita, que forma um todo significativo, independente de sua extensão. Trata-se, pois, de uma unidade de sentido, de um contínuo comunicativo contextual que se caracteriza por um conjunto de relações responsáveis pela tessitura do texto – os critérios ou padrões de textualidade

Neste trabalho, destacaremos a informatividade como relevância do conhecimento informativo no texto; no caso, na produção do texto opinativo escolar. A seguir, na revisão pontual da informatividade, buscaremos verificar como o produtor constrói suas ideias, tece a textualidade, embasado por esse fator de textualidade

2.2 A relevância da informatividade no processo de textualização.

Tendo como foco a produção textual, a partir da informatividade, na revisão desse conceito postulado por Beaugrande & Dressler (1981), pretendemos dimensionar e avaliar como as ocorrências indicativas de informatividade garantem a textualidade do texto.

Beaugrande & Dressler (1981) usam a palavra *INFORMATIVIDADE* para designar se uma apresentação é nova ou inesperada para os receptores. Usualmente é aplicada ao conteúdo, mas as ocorrências em qualquer sistema de linguagem podem ser informativas.

Como já foi introduzido anteriormente, o princípio da informatividade refere-se ao ajustamento do conteúdo da mensagem em relação ao que interlocutor sabe. Na revisão dessa teoria, Koch (2009) reitera que a informatividade é a distribuição da informação no texto, o equilíbrio entre a informação dada e a informação nova. Se o texto contiver somente informação conhecida ser tornará inócua; não haverá progressão nem construção textual, uma vez que andarão em círculos não processáveis.

Como se dá a relação entre esses dois pontos? Seja no sistema de linguagem, seja no conteúdo semântico, a informação em um texto é organizada em dois blocos: o dado e o novo (KOCH 2000). O dado é um conhecimento adquirido, é a informação conhecida, sabida dentro de determinado contexto, enquanto o novo é um conhecimento reflexivo construído a partir da base informacional do dado.

A distribuição e a dosagem de cada um interferem na construção do sentido. A informação dada, considerada já sabida pelos interlocutores, servirá de ancoragem, dará firmeza para que a informação nova seja criada. Em se tratando do processo de produção de sentido, o sujeito enunciador avalia a interlocução e faz as escolhas de modo a tornar relevante determinadas informações, e implícitas outras que julgar já conhecidas.

Não há novo sem base, o novo é a construção feita a partir do velho. Para os aspectos semânticos e conceituais, não há possibilidade de construir competentemente uma informação se não houver base informativa adequada. A informação dada, retomada e ampliada por meio de ligações referenciais, tece uma trama de significados, formando uma cadeia coesiva que produz o sentido pretendido pelo produtor do texto. As pistas dadas no texto pela inferenciação ativam conhecimentos armazenados na memória que, utilizando-se de estratégias cognitivas, constroem sentidos explícitos e implícitos no texto, agregando a ele informações novas que levarão a um objetivo.

Backhtin (2006) trata do dado e novo como consequência direta de um sujeito que cria. É ele o modelador do dado novo na organização das informações. É

o acontecimento da vida do texto, isto é, sua verdadeira essência, sempre se desenvolve na fronteira de duas consciências, de dois sujeitos. A complexa inter-relação do texto (objeto de estudo e reflexão) e do contexto emoldurador a ser criado (que interroga, faz objeções, etc.) no qual se realiza o pensamento cognoscente e valorativo do cientista. É um encontro de dois textos – do texto pronto e do texto a ser criado, que reage; consequentemente, é o encontro de dois sujeitos, de dois autores. (Bakhtin 2006, p. 311)

Cabe, então, considerar no texto as implicações do percurso traçado entre o dado e o novo, entre o tema e o rema. Se a temática não for viável e sólida, de modo algum a informação remática produzirá a coerência para o texto. Ou se o texto circular apenas com a informação dada, não há comunicação mínima estabelecida. É nessa intersecção entre o tema/rema ou dado/novo, no equilíbrio entre o velho e o novo que se avaliará as ocorrências de informatividade.

Assim, o texto vai sendo entretecido pelos processos de remissão e progressão, articulando tema/rema (informação dada e informação nova) (SALTCHUK, 2003). Para dar conta disso, recursos linguísticos como conectores interfrásticos, períodos, parágrafos, modalizadores criam um sentido dentro de uma situação comunicativa, em um contexto sociocultural.

Koch (2000, p. 25), ao apresentar a concepção de texto, afirma que “o sentido não está no texto, mas se constrói a partir dele”. E esse sentido necessita de base informativa para tomar forma. Costa Val (2002, p.14) diz que “o interesse do receptor pelo texto vai depender do grau de informatividade”, em que medida as ocorrências em um texto são esperadas ou não, conhecidas ou não, no plano conceitual e no formal. O discurso previsível é menos informativo, pois abrange apenas o senso comum. Quanto menos previsível, mais será informativo. Um texto totalmente inusitado pode até ser rejeitado se o receptor não conseguir processá-lo.

Ainda segundo Koch (2009), a informatividade situa-se entre dois movimentos: retroação e progressão. Na retroação, a informação retomada se torna âncora para a informação nova progredir. Nessa progressão, há a previsibilidade da informação veiculada: quanto mais previsibilidade, menos informativo; quanto mais imprevisibilidade, mais

informativo. “O ideal é o texto se manter num nível mediano de informatividade” (VAL 2002, p.14). Para Koch (2000, p.32), avaliar a informatividade é “medir o sucesso do texto em levar conhecimento ao recebedor, configurando-se como ato de comunicação efetivo.”

Assim, a informatividade possibilita organizar o conhecimento no texto escrito, num movimento de interação com o interlocutor. Não se trata, portanto, de dados estanques, mas de ideias organizadas em torno de um referente dos quais o interlocutor extrai relações reflexivas dos dados conhecidos.

É preciso, todavia, levar em consideração a medida do novo construído sobre o conhecimento prévio e a qualidade dessa informação, em outras palavras, a capacidade de um texto ser informativo.

Além do que, a informação, no sentido de conhecimento estabelecido pelo sujeito emissor (como verdade tradução de mundo) só será aceita se for coerente com a informação de mundo já conhecida. É nesse ponto que a informatividade se imbrica com outro fator de textualidade: a aceitabilidade.

Para dar conta do processo informativo na construção textual, Beaugrande & Dressler (1981) organizam as ocorrências de informatividade da seguinte forma: há baixa informatividade quando um texto é todo previsível; há um grau médio de informatividade quando, em parte, a informação é inesperada; e há um alto grau de informatividade quando todo o texto é imprevisível. Esse último grau exige um grande esforço de processamento na leitura, pois pode parecer incoerente, sem sentido. Os autores usam a expressão *downgraded* (rebaixado ou simplificado) para isso. Portanto, como reviu Koch (2009), quanto mais desconhecida a informação, mais haverá informatividade.

Assim, os autores tratam a informatividade em duas categorias: o conhecido *versus* o desconhecido, ou a expectativa *versus* a não-expectativa. Para especificar isso dentro dos graus de informatividade, Beaugrande & Dressler (1981) apontam para a questão da previsibilidade na organização textual, de como a informação nova é construída na linguagem do texto. A isso eles chamam de ocorrências de primeira, segunda e terceira ordem.

Dentro do sistema da linguagem, essas ocorrências são assim discriminadas:

A ocorrência de primeira ordem refere-se à convenção dos sistemas de linguagem no texto. A informação processada não traz dados novos, trabalha apenas com o convencional, o já conhecido. É que o estamos chamando de senso comum neste trabalho. São ocorrências de palavra-função (artigos, preposições e conjunções) que são triviais, despertam

pouca atenção e que organizam os *links* do texto no sentido coesivo podendo até mesmo ser dispensadas em poemas e em mensagens rápidas. Mesmo as palavras-conteúdo, em si mesmas mais informativas não acrescentam novidades, pois não ativam material cognitivo diversificado. Nesse aspecto, convém ressaltar o processo da construção textual por meio da seleção lexical, a ser visto mais adiante.

A ocorrência de segunda ordem quebra o modelo convencional de texto, elementos coesivos operados pelas palavras-função podem estabelecer tramas inusitadas e criativas. As palavras-conteúdo, carregadas de sentidos, constroem no texto a informação nova.

A ocorrência de terceira ordem traz uma construção totalmente imprevisível, de difícil leitura, muitas vezes atribuídas a um *nonsense*. São geralmente casos de textos poéticos e metafóricos, em que se exige um complexo *downgraded* (simplificação) para serem estabilizados, sintetizados e entendidos.

Em relação ao conteúdo informativo, constituinte do sentido do texto, as ocorrências são assim especificadas:

As ocorrências de primeira ordem possuem elevada previsibilidade e baixa informatividade. Seriam os clichês, estereótipos, frases feitas, afirmações sobre o óbvio, senso comum. Mesmo que sejam textos coesos e coerentes, são ineficientes, desprovidos de interesse, com baixa eficiência pragmática, inoperantes discursivamente. A linguagem também reflete a pobreza do conteúdo, com palavras sem profundidade semântica e com rasa profundidade temática.

As ocorrências segunda ordem equilibram o conhecido e o desconhecido, apresentam ideias originais e previsíveis de modo regular. A novidade é sem estranheza, pois há o dado como informação de base para a construção do sentido pretendido.

Já nas ocorrências de terceira ordem, há as informações imprevisíveis, desconhecidas pelo interlocutor; é necessário o rebaixamento para a segunda ordem, a fim de que se dê conta do sentido.

Figura 1 – Quadro das ocorrências de informatividade no texto

<i>Previsibilidade Baixa</i>	<i>Previsibilidade Média</i>	<i>Previsibilidade Alta</i>
<i>Ocorrência de primeira ordem:</i>	<i>Ocorrência de segunda ordem</i>	<i>Ocorrência de terceira ordem</i>
Palavras-função, informações triviais e dados conhecidos.	Quebra do modelo convencional, palavras-conteúdo carregadas de sentido, acrescentam informações relevantes.	Construção imprevisível, fora do padrão esperado, requer esforço de interpretação.
Desperta pouca atenção.	Desperta interesse.	Difícil processamento.
O texto precisa de <i>upgraded</i> (melhoria) para ser relevante.	Texto padrão.	O texto precisa de <i>downgraded</i> (simplificação) para ser entendido.

O receptor não dispensa atenção para ocorrências de primeira ordem e reserva concentração para ocorrências de ordem mais alta. Quando as ocorrências estão abaixo de uma gama superior de informatividade, nós obtemos a segunda ordem de informatividade. A segunda ordem de informatividade seria o modelo normal para uma comunicação textual, uma vez que seria difícil construir interesse para textos de primeira ordem e o excesso de informatividade dificulta a leitura de textos de terceira ordem.

Pode acontecer de fazer um *upgraded* nos textos de primeira ordem a fim de serem melhorados. Em contrapartida, os de terceira ordem precisam de *downgraded*, isto é, rebaixados ou simplificados para chegar ao equilíbrio da segunda ordem.

As ocorrências de terceira ordem parecem fora do conjunto, do modelo normal, pois demandam muita atenção e recursos de processamento, mas por outro lado podem ser muito interessantes. Suas características giram em torno de descontinuidades, aparente perda de matéria, com discrepâncias. E, pelo fato de não estarem pareadas com nenhum modelo, o leitor precisa ser motivado à sua leitura. O sucesso desse texto inusitado demonstrará que a gama de opções propostas pela ocorrência de terceira ordem puderam ser acessíveis, depois de certa mediação para simplificá-lo, isto é, depois de realizado o *downgraded* para uma ocorrência de segunda ordem.

O *downgraded* pode ter diversas direções. Se o leitor encontrar motivação em ocorrências anteriores, ele fará o rebaixamento para o passado, *backward downgrading*, buscando na sua memória episódica ou na memória de longo prazo informações que se adaptem ao que está exposto no texto. Se esperar para considerar ocorrências que ainda virão, ele fará o rebaixamento para adiante, *forward downgrading*. No caso de se mover para fora da ocorrência, haverá o *outward downgrading*. O mesmo ocorre para as situações de upgrade, possíveis para a ocorrência de 1ª. ordem.

Para explicar melhor esse movimento, Beaugrande & Dressler (1981) usam um exemplo de situação. Ao receber um cheque de grande quantia pelo correio, faz-se um *backward downgrading* ao se pensar no que teria motivado isso; uma herança ou uma dívida paga. Se aguardar uma explicação futura, a comunicação de alguém para explicar o envio do cheque, então é feito um *forward downgrading*. Se achar que foi um erro de alguém, significa um *outward downgrading*. E será um nonsense se nenhuma dessas táticas explicarem o evento.

2.3 A informatividade no texto opinativo

A divisão da informatividade em três ordens de ocorrências permite avaliar a qualidade da opinião expressa em um texto. Os textos de primeira ordem, em que só aparece a informação dada, são aqui relacionados aos textos opinativos de senso comum. Aqueles em que há de média informatividade, os de segunda ordem, são classificados como padrões textuais aceitáveis dentro de um texto que expressa opinião. Já os de terceira ordem fogem do padrão normal, pois se tratam de textos com alta complexidade, muitas vezes rejeitados na leitura pela dificuldade de compreensão.

Ao analisar como a linguagem determina essas ocorrências de informatividade, é provável que valores exatos não possam ser instaurados para cada ocorrência e para todos os níveis. É mais plausível assumir uma gama de probabilidades gerais, numa escala de maior ou menor. Assim, Podemos nos dar por satisfeitos com três ordens de informatividade, cada uma suficientemente distinguida por usuários da linguagem humana, durante uma comunicação.

Em síntese, há um esforço para que as discussões sobre informatividade ampliem o estudo da textualização, uma vez que a apresentação de um material novo ou inesperado exerce um importante controle na seleção e no manejo do conteúdo significativo dos textos e constitui um fator de textualidade vastamente importante que limita ou que motiva a comunicabilidade. Como avaliar os textos dentro desses três níveis é o que veremos adiante.

2.3.1 As fontes de expectativas organizadas como conhecimento linguístico e como concepção de realidade

Revedo em síntese a definição já explanada, informatividade é a mensuração da informação nova construída sobre a base da informação dada, a expectativa *versus* a não-expectativa, a fim de analisar como a previsibilidade e a redundância alteram os níveis de informatividade e, também, como os modelos e os estatutos vigentes no mundo real se constroem no mundo textual.

O modelo de informatividade é o grau médio a que chamamos “segunda ordem”; ocorrências de primeira ordem podem ser melhoradas com um *upgraded*; e as de terceira ordem, simplificadas com um *downgraded*.

Beaugrande & Dressler (1981) procuram situar e identificar formalmente como se dão as ocorrências de informatividade com o que chamam “fontes de expectativas”. Fonte aqui tem o sentido de origem, a formalização e materialização da expectativa no texto. O estudo delas busca responder como os três graus de ocorrências podem ser avaliados formalmente e como a expectativa é construída durante uma comunicação. Identificam, então, algumas circunstâncias de linguagem que indicam essas expectativas, como o som (nas rimas), a sintaxe, o léxico e suas relações coesivas, a ativação do conhecimento global, o *frame*, o uso das chamadas palavras-função (artigos, preposições e conjunções) e as mais expressivas palavras-conteúdo. Tudo isso faz emergir a expectativa da ocorrência informativa no texto. São, assim, produtos da linguagem que ativam material cognitivo mais extensivo e podem eleger imagens mentais e emocionais. Nesse percurso, se instaura como probabilidades

co-textuais e contextuais, criando uma amálgama de fatores que dão fluxo às expectativas para o texto.

Outro ponto muito interessante das fontes de expectativas é que elas permitem o imbricamento de um fator externo (informatividade) com os fatores internos de coesão e coerência. Como será abordado adiante.

Assim, as três ordens de ocorrências são avaliadas usando as cinco fontes de expectativas elegidas pelos autores, dentro do conceito de informatividade.

A primeira fonte são os fatos do mundo real, como a realidade é representada textualmente, de modo coerente, abrindo possibilidades de interlocução. O modelo dominante de sociedade e seu meio constituem o que chamamos de “mundo real”. Proposições que buscam o verdadeiro para este mundo. Fatos dos quais pessoas e grupos consideram ser geralmente aplicados a uma situação real ou evento de suas crenças, usando o mundo real como fonte de orientação. Alguns fatos estão tão firmemente enraizados na nossa maneira de pensar que, muitas vezes ficam ausentes do mundo textual. Expô-los ou não textualmente tem a ver com a expectativa da informação veiculada pelo texto.

A segunda fonte de expectativa são as convenções da linguagem, o uso da língua em diferentes situações, conforme o contexto, os níveis de linguagem adequados à situação; a qualidade da seleção vocabular. É a organização da linguagem a ser usada em um texto, as configurações de pronúncia ou de sintaxe, a expressão que pode ser manifestada de modo original. Linguagens simplificadas, empoladas, requintadas ou prolixas facilitam ou impedem o fluxo da informação.

A terceira fonte são as estratégias para inserir linguisticamente o novo no texto. Ela tem a ver como a microestrutura, como as formas remissivas e referenciais estabelecem ligações entre o dado e o novo. Essa fonte de expectativa vem das técnicas para arranjar sentenças de acordo com a informatividade dos elementos ou grupos de elementos. Indica como, no texto, o novo se agrega ao velho, indicando o dado relevante dentro das sentenças. É a construção linguística da informação por meio de elementos da coesão, na microestrutura, a fim de atingir a coerência na macroestrutura.

A quarta fonte são as tipologias e os gêneros textuais, a superestrutura destinada ao contexto e ao uso social do texto nas situações de interlocução. São *frameworks* globais controlando uma gama de opções a serem usadas pelo produtor.

A quinta fonte é o contexto em si, responsável pela significação e adequação das outras fontes de expectativas. É o contexto imediato onde o texto ocorre e é utilizado; o conhecimento na memória evocado pela informação.

Figura 2 – Síntese dos aspectos observados nas fontes de expectativas

<i>Fontes de expectativas</i>	<i>Aspecto observado</i>
1ª. Fonte	A realidade representada no texto.
2ª. Fonte	Convenções de linguagem
3ª. Fonte	Estratégias para o novo no texto (elementos coesivos na construção do texto).
4ª. Fonte	Tipologias e gêneros textuais.
5ª. Fonte	Contexto

Embora cada fonte tenha efeitos distintos e princípios particulares, há, indubitavelmente, uma interação entre elas. Com o propósito de mostrar essa reciprocidade entre as fontes e, ao mesmo tempo, criar uma organização que permita a análise das ocorrências de informatividade na produção de textos opinativos, as fontes de expectativas serão organizadas tendo em vista dois aspectos: o conhecimento linguístico e a concepção de realidade.

Os níveis e as convenções de linguagem e as estratégias para inserção do novo no texto, respectivamente a segunda e a terceira fontes de expectativa, serão reunidas no que chamaremos de conhecimento linguístico.

O sistema de conhecimento linguístico refere-se ao material linguístico na superfície textual, como ocorrências gramaticais, conjunto lexical que proporcionam meios coesivos para a construção do texto. Isso é feito mediante de escolhas da linguagem, de relações coesivas, das formas remissivas lexicais, dos conteúdos vocabulares; enfim, todos esses elementos compoem uma trama de sentido por intermédio da referenciação.

A informação, construída como conhecimento linguístico, expressa o sentido e o dizer da realidade usando esses processos para construção do texto em sua materialidade.

Para a concepção de realidade, a fim de identificar as expectativas da informação em relação ao conhecimento de mundo e à concepção de realidade que o texto

traz, reuniremos a primeira fonte: fatos do mundo real, a segunda fonte: marcas do contexto e a terceira fonte: tipologias e gêneros textuais.

Os fatos do mundo real são apresentados na relação entre informação nova e informação dada. O contexto indica os conhecimentos armazenados na memória e os fatos do mundo representados de modo conceitual na textualidade por meio dos modelos mentais, constituídos na relação entre *frames* e cenários.

O contexto e a argumentação vão determinar o gênero comunicacional como forma de interação dentro de um contexto social. O que se diz, diz-se de algum lugar e em algum momento.

A figura 3 permite visualizar de modo objetivo as relações que pretendemos fazer.

Figura 3 - Proposta de organização das fontes de expectativas

	<i>Conhecimento linguístico</i>	<i>Concepção da realidade</i>
<i>Fontes de expectativas relacionadas.</i>	Segunda fonte: convenções de linguagem. Terceira fonte: o novo no texto.	Primeira fonte: fatos do mundo real Quinta fonte: contexto Quarta fonte: tipologias e gêneros textuais.
<i>Pontos destacados</i>	Seleção lexical, referências por substituição e reiteração, tramas de sentido por meio de relações anafóricas e referenciação. Marcas que indicam o senso comum.	Marcas contextuais, <i>frames</i> e cenários(modelos mentais). Conhecimento de cenas e situações que denunciam ou renegam o senso comum, na argumentação. Características do texto opinativo produzido em situação escolar.

Este trabalho não pretende explorar conceitualmente todas as implicações das fontes de expectativas, e sim elencar nelas pontos congruentes que permitam inspecionar e classificar textos opinativos produzidos em situação escolar dentro das três ocorrências de informatividade para, posteriormente, delas extrair categorias capazes para analisar o grau e a

qualidade da informatividade nos textos. Seguem, por isso, um aprofundamento dessas duas vertentes expostas: o conhecimento linguístico e a concepção de realidade.

A organização das fontes de expectativa da informatividade em dois aspetos: concepção da realidade e conhecimento linguístico, parte da premissa de que o conhecimento linguístico aplicado à superfície do texto, na microestrutura, depende do aporte global, da tematização, da macroestrutura. O percurso textualizado começa pela bagagem a partir da qual há o que dizer. Esse *background* da realidade permite um espaço para a construção do contexto que, por sua vez, serve de base para a elaboração consistente da opinião na superestrutura. Buscamos no estudo dessas duas direções as bases teóricas de uma categorização suficiente para avaliar a informatividade no texto opinativo produzido em situação escolar.

No caminho da análise do texto, a fim de mensurar a informatividade, propomos partir do aspecto linguístico para que, por meio dele, possa se aferir como a realidade está sendo concebida e, assim, mensurar o grau de informatividade.

2.3.1.1 Conhecimento linguístico – a construção da microestrutura

Como já dito antes, a segunda e terceira fontes de expectativas estão reunidas neste momento em torno do conhecimento linguístico, tendo como base o modo como essas fontes usam a linguagem na construção da textualidade. A segunda fonte refere-se a convenções da linguagem, e se relaciona pragmaticamente ao nível de linguagem. A terceira fonte refere-se à inserção estratégica da informação nova no texto, de como estruturalmente são projetadas e retomadas as ideias no processo coesivo da anáfora e na referenciação. Ambas as fontes referem-se à microestrutura textual e serão aqui tratadas em associação à proposta de Hanks (2008) sobre a emergência no plano microestrutural indicando o contexto relacional e sua incorporação no plano macro.

2.3.1.1.1 Convenções de linguagem

O dizer, construído pela linguagem, é representativo de mundo. É processado na escrita a partir dos objetivos e propósitos do falante, de acordo com a normas comunicativas, a variante linguística, a adequação do tipo de texto às situações comunicativas. (KOCH, 2000).

A dinâmica comum no ensino por meio de textos opinativos é confrontar a oralidade na escrita. O nível de linguagem exigido na produção de texto opinativo em situação escolar é a linguagem padrão. De certa forma, essa exigência se torna um paradoxo para quem busca adequar a linguagem para que a informação flua adequadamente. Assim a aplicabilidade da linguagem culta nos artigos de opinião tem uma enorme variedade de suposições que não cabem todas no âmbito deste trabalho, por isso vamos ressaltar aquelas que são relevantes para mensurar as ocorrências de informatividade.

Sobre a interlocução mostrada no texto, vemos que na produção do texto opinativo, um EU social fala para um TU idealizado no mundo e sua realidade. E esse aporte justifica o uso de uma linguagem padrão, acessível, em teoria, a toda a sociedade letrada.

Nosso objetivo, neste ponto, é levantar algumas ocorrências vindas da oralidade que, na situação de um texto que exige a linguagem padrão, trazem prejuízos para a compreensão da informação ou a simplifica em demasiado. Portanto, a seguir vamos enumerar algumas ocorrências de nível de linguagem que nortearam as ocorrências de informatividade nos textos opinativos, objetivo maior desse trabalho.

- Leitor e escritor: a identidade de quem escreve – questões de interlocução

Sautchuk (2003) mostra que a produção textual escrita prevê percursos de objetivo e de realização executados pela figura do escritor e do leitor interno no trabalho para processar sentidos. O sujeito escreve “bifurcado em duas figuras atuantes no processo” e “a eficiência comunicativa dependerá de um duplo comportamento do seu contexto psíquico.” (SAUTCHUK, 2003 p.55)

Esse duplo enunciador, embora seja um único sujeito enunciador em um mesmo contexto psíquico, possui comportamento diferenciado dentro do seu sentido dicotômico. O EU que escreve o faz num esforço de tarefa para dar conta do solicitado. Usa de toda sua bagagem cognitiva, cultural e muitas vezes emocional. A linguagem flui

naturalmente, ou deveria fluir. Nessa dinâmica, geralmente, o fluxo de ideias é cortado para a verificação da linguagem. Com isso, há casos em que o “escrever certo” subjuga a expressividade do tema.

O outro EU, o leitor, assim desequilibrado, pode mais prejudicar do que ajudar o processo da escrita. Segundo a autora, o “mau” texto é um desequilíbrio desse comportamento.

A força do EU na interlocução é constante conflito para o nível de linguagem exigido em situação de opinião. A compreensão do EU social, representado pela impessoalidade ou pelo coletivo NÓS, assume dimensões inconcebíveis para o aluno produtor de texto opinativo. As justificativas são que o EU que escreve, sendo sua opinião, deve ser um EU manifestado clara e objetivamente, contrariando impessoalidade e a expressão culta exigidas pelo texto opinativo produzido na escola.

Anexo à manifestação do EU, há o uso dos verbos “achar”, “penso que”, “acredito que” etc. no início dos turnos como um marcador natural em textos opinativos, pois os alunos desconhecem recursos argumentativos mais sofisticados, como uso de parágrafo introdutório apresentando o tema (a polêmica) e a organização dos argumentos em parágrafos.

- Com quem é a interlocução.

Outra questão simétrica ao EU é a marca de interlocução evidenciada no VOCÊ. Na linguagem oral, VOCÊ é manifestado em um diálogo virtual e simula ordem e orientações. A grande dificuldade é estabelecer o diálogo com um ser social oculto, falar com abrangência e manter o foco na argumentação, em vez de suscitar ações práticas de um interlocutor.

- Palavras superficiais e generalizadoras.

O nível de linguagem em textos opinativos é também medido pela qualidade do léxico utilizado. Além das marcas coesivas estabelecidas pela escolha das palavras, como veremos logo a seguir, o conteúdo semântico delas define diretamente a capacidade informativa do texto. Na ordem mais baixa de informatividade, a expressão de opiniões e ideias são superficiais e generalizadoras. Não carregam a especificidade necessária para dar conta do tema. É comum ver nesses textos palavras como: bom, mau, coisa, algo, etc.

A observação atenta percebe que quanto mais informativo o texto, melhor nível vocabular e lexical ele terá. Já os textos com alta informatividade usam as palavras como ponto para profundidade semântica, buscando muitas vezes recursos nas figuras de linguagem. No entanto, textos altamente informativos podem ser prolixos ou complexos em sua linguagem.

- Expressões popularizadas, clichês, frases, feitas e afins.

Outra questão atribuída a problemas de padrão da língua é o uso de recursos expressivos indicadores de baixa competência informativa. Quando não há o que dizer, quando não se sabe como explicar ou conceituar determinada ideia ou situação, o escritor com baixo nível de informatividade, recorre a expressões populares, clichês, frases feitas e lugares comuns.

Já o escritor capaz de produzir um texto em um grau de informatividade modelo, busca desfazer clichês e lugares comuns, expressando-os de modo elaborados.

Em contrapartida, os textos de alta informatividade fogem totalmente das expressões popularizadas, fazem questão de inovar e de ir na contramão de qualquer expressão que pareça usual ou comum.

2.3.1.1.2 A coesão e as tramas de sentido

O desafio de compreender como um texto opinativo reproduz o conhecimento de mundo por meio da informatividade começa por explorar como a fonte de expectativa relacionada à inserção do novo do texto atua na construção do sentido até chegar à tese: o novo. É esse o trabalho realizado pela coesão no plano da superfície do texto.

Já nas primeiras definições, Halliday & Hasan (1976) dão ao conceito de coesão textual um ponto de vista semântico, referindo-se às relações de sentido existentes no interior do texto e como elas o definem como texto.

Portanto, tomaremos como base a fundamentação desses autores para iniciar aqui as concepções coesivas a serem abordadas neste trabalho.

Relações coesivas são relações entre dois ou mais elementos em um texto. São independentes da estrutura, pois a relação semântica (dentro da sentença ou entre sentenças)

configura (entre frase ou frases) um cruzamento que permite o efeito de uma sentença tornar-se coesa com outra.

Essa construção da tessitura do texto acontece no plano linguístico por meio da coesão gramatical, pelos processos de referência, substituição e elipse e conjunção.

A referência se realiza quando pronomes retos e oblíquos, demonstrativos e interrogativos retomam um nome ou uma ideia expressa anteriormente. Também a substituição pode ocorrer elipse verbal ou nominal, referência semântica, relações nominais sinonímicas ou antinômicas, por pronomes indefinidos, pelo artigo definido e indefinido e por nomes generalizados

Dentro todos os modos de se realizar a ligações na superfície do texto, a coesão lexical é a que tem relevância nessa linha apresentada nesta pesquisa. Interessa o efeito coesivo da seleção vocabular, pois consolida a linha limítrofe entre a coesão gramatical e lexical. Essa relação compõe tramas de sentido que permitem a compreensão dos objetivos do texto. Daí o enfoque nesse aspecto.

Halliday e Hansan (1976) dividem a coesão lexical em reiteração e colocação.

A reiteração refere-se às ligações de sentido usando a repetição da palavra, ou o seu sinônimo, ou ainda, palavras que pertençam ao mesmo campo semântico, seja por hiperônimo ou hipônimo. A coesão por colocação indica a dependência do campo lexical dentro do conjunto de palavras, ou em pares ou em uma cadeia coesiva.

Ao estabelecer pontos de contatos com palavras anteriores, criam amarras com alguma entidade ou circunstância de característica relevante. Esse contato persiste de um momento para outro, em um processo semântico na medida em que o significado se desdobra. Mas a significância fundamental, a espinha dorsal, são as amarrações no sentido do tema do discurso. É essa continuidade providenciada pela coesão que habilita o leitor ou ouvinte a suprir os pedaços faltosos e os componentes do quadro que não estão presentes no texto, mas são necessários para a interpretação. No caso específico a que estamos voltados, esse processo permite um estudo da construção do texto escrito, focando como o conteúdo informativo vai se compondo nas amarras de ideias.

Outro ponto é a percepção de como um item lexical – com propriedades abertas, rico em polissemias - faz fronteira com um item gramatical - membro de um sistema fechado. Isso se dá pela reiteração (como forma de coesão lexical) de um item lexical até o fim da escala, por intermédio de sinônimos, palavras relacionadas, hiperônimos e hipônimos.

O valor das relações lexicais como modelos coesivos pode ter diferentes referentes ao reiterar um nome, criando assim cruzamentos de significados (HALLIDAY E HANSAN, 1976)

O processo coesivo torna-se, assim, estratégia textual ou textualizadora que diz respeito à organização da informação, de como se realizará sua formulação, sua referenciação e o equilíbrio entre o explícito e implícito, isto é, a organização da informação dada e da informação nova organizada no texto por meio de marcas coesivas, criando tramas de sentido e ainda expressando conhecimentos compartilhados em um determinado contexto (implícito ou explícito).

Sautchuk (2003) considera que o material linguístico, em um nível extralinguístico, é usado para dar conta do sentido a ser expresso. Se o sujeito de mundo tem o que dizer e domina basicamente a estrutura linguística, ele processará o texto com um grau satisfatório de informatividade. Há também a questão do envolvimento de graus de complexidade e de previsibilidade semânticas. Explicando melhor,

quanto mais previsível o conteúdo informativo do texto, menor quantidade de material linguístico se faz necessário processar, menos esforço mental e tempo se requerem para reduzir incertezas semânticas relativas a esse processamento: o movimento de leitura se torna mais onomasiológico (descendente). Por outro lado, rompido o fluxo de conteúdo extralinguístico (conhecimento prévio), instaura-se um outro movimento de processamento da informação, revertendo-se para a direção ascendente: é o material linguístico de superfície que passa a ser o ‘projektor’ de sentido. (SAUTCHUK, 2003 p. 58)

É o que a autora chama de processamento *botton-up* (ascendente). Com a leitura microestrutural, as informações linguisticamente constituídas no texto (do signo ao sentido) serão ponto de partida. A leitura indutiva, de síntese, constrói unidades hierarquicamente mais altas ou maiores, a partir de unidades mais baixas e menores. São processos de organização linguística que envolvem tanto as palavras do campo lexical (as que operaram como anáforas ligadas a um referente), quanto os conectivos. Desta forma, vai sendo tramada a tessitura que construirá o texto.

Na produção escrita, essas são estratégias recursivas que o sujeito-escritor usa para traduzir e representar seu mundo conceitual. E serão tão funcionais ou auxiliadoras na medida em que há o que dizer; e há, assim, sempre uma ação informativa a se fazer.

Os processos de coesão, engendrados dessa forma, compõem a trama de sentido, fazendo com que uma abrangência maior, denominada referenciação, construa o sentido global do texto na sua macroestrutura.

Os fatores de coesão referencial e recorrencial (FÁVERO 2009) compõem os nós das tramas textuais. São eles, a) os referenciais por substituição anafórica e catafórica com ocorrências de proformas pronominais, verbais, adverbiais e numerais. b) Os referenciais por reiteração, realizados pela repetição do mesmo item lexical, pela sinonímia, pela hiponímia e hiperonímia, pelas expressões nominais definidas e pelos nomes genéricos, num movimento anafórico ou catafórico.

O processo de referenciação (a ser visto mais adiante) é representado, na microestrutura por palavras-chave com seletividade lexical adequada. Essas provocam os nós das tramas que compõem o tema, construindo a unidade de significação e sentido daquilo a que podemos denominar texto.

Construindo a coesão na microestrutura, se constrói a coerência na macroestrutura. Isso é feito em uma dimensão textual, relacionando conteúdo e conhecimento de mundo. É uma linearidade de sentido composta, às vezes, alinearmente. Entendem-se aqui alinear como as tramas de sentido que se cruzam, se explicam, se ampliam no trabalho de tecer o sentido do texto, na progressão textual. Sempre haverá uma retomada e uma expansão. O texto, como tessitura, tece e articula ideias e palavras. É nitidamente um processo sintático e gramatical, mas é também semântico.

Para Halliday e Hansan (1976) a coesão é uma relação semântica entre um elemento do texto e outro elemento que é crucial para sua interpretação. Esses autores organizam as categorias de análise para a coerência local com sutis diferenças que não serão priorizadas aqui. De modo mais simples e útil ao que se quer mostrar, destacaremos os modos referenciais; sejam elipse, substituição, reiteração e/ou lexicais; como categorias puramente referenciais, ligadas a um tema pelo qual se traduz o sentido do texto. É a organização do texto num todo de dois lados, focado em referenciais nominais.

Optamos não explorar profundamente as ligações de sentido entre termos e frases por meio de conjunções, pois tornariam mais complexas as abordagens deste trabalho.

Sendo assim, baseando-se em Halliday e Hansan (1976) e Sautchuk (2003), o conceito aqui instaurado mostra o texto como uma unidade de sentido que se explica linguisticamente na superfície do texto. A coesão, como fio entrelaçador no nível

microestrutural, constrói a tessitura textual, unindo palavras-conceito em relações subjacentes ao texto de superfície, de maneira reciprocamente acessível e relevante a fim de inserir a informação nova no texto.

2.3.1.1.3 Referenciação: trilha da micro para a macroestrutura

Os processos de referenciação ocupam um lugar central na construção do mundo e de nossas vivências, por essa razão é que, como parte discursiva, devem ser experimentados, desconstruídos e reconstruídos nas práticas didáticas no ensino de Língua Portuguesa. Koch (2003) afirma que os estudos de referenciação procuram entender os aspectos cognitivos do texto: como o conhecimento de mundo é ativado para a construção do sentido .

Esse processo referencial não só ativa o código para a cognição, mas também se constitui uma atividade criativa em que a referenciação faz a interação com o texto e abre esferas para refletir e conceituar esquemas sócio-cognitivos e sócio-culturais. Nessa relação, em que emergem as significações num âmbito maior, a língua é como guia de sentidos.

Nos textos, tanto na produção quanto na leitura, a atenção aos campos simbólicos, representados por uma determinação substantiva, incorporam signos contextuais capazes de dimensionar o campo expressivo da linguagem. Por isso a referenciação se constitui tanto um ato criativo e como um ato de representação do mundo. Na cognição, o conhecimento de mundo é ativado, por meio do léxico, para a construção de sentido.

Marcuschi (2010), ao aclarar sobre a referenciação, afirma que são expressões no texto que se reportam a outras expressões, enunciados, conteúdo ou contextos textuais (retomando ou não), contribuindo para a continuidade tópica e referencial. Entre esses procedimentos há as anáforas diretas que retomam referentes previamente introduzidos estabelecendo uma relação de co-referência entre o elemento anafórico e seu antecedente. É a noção clássica reativação de referentes prévios.

Para (Lima, 2010) a referenciação envolve aspectos cognitivos do texto, em uma construção social da cognição. E os estudos de referenciação dedicam-se especialmente a entender como o conhecimento de mundo é ativado para a construção do sentido e como a

memória pode influenciar esse processo cognitivo expresso pela linguagem. “O processo referencial é um trabalho inferencial no contexto das relações sócio-cognitivas e dos enquadres estabelecidos e não apenas pela força dos conteúdos lexicais em questão.” (MARCUSCHI, 2010, p. 76) A congruência não se acha no plano de uma gramática de formas e, sim, em uma gramática de cognição. E, dá destaque à anáfora indireta que trabalha não só no plano linguístico, mas também, e principalmente, no mundo textual. Sobre ela, postula o autor,

é essencialmente processual ao introduzir referentes novos com base em âncoras cotextuais e modelos cognitivos de natureza diversa, indo desde a âncora lexical a uma âncora situada no modelo de mundo textual. O movimento de um pólo ao outro equivale à integração de conhecimentos por processos cognitivos diversos. (MARCUSCHI, 2010, p. 78)

Tanto na anáfora direta como na indireta estão envolvidos conhecimentos semânticos (papéis temáticos inscritos no léxico), conhecimentos conceituais (modelos cognitivos estabilizados), modelos de mundo textual – inferenciações textuais e práticas culturais.

Sejam elas retomadas por sinonímia, antonímia, metonímia, metáfora etc., enfim, a afirmação do autor de que “quase todas as anáfora indiretas estão baseadas no léxico” (MARCUSCHI, 2010, p. 81) nos leva a mais uma vez reiterar a importância delas para instaurar o “objeto-de-discurso” a ser revelado no texto e sua construção informativa.

Com fim de esclarecimento, o que vamos chamar de “objeto-de-discurso” diz respeito ao tema tratado em determinado texto (MONDADA, 2001 apud KOCH, 2010, p.69) e, no nosso ponto, no texto opinativo escolar. É também o que Salomão (2010) cita, dizendo que ao lado da

“filosofia analítica, de onde procedem tanto as semânticas formais (inclusive as semânticas linguísticas), a questão da referência da verdade é reduzida à relação de correspondência entre representações simbólicas estados-de-coisa-no-mundo (ou em qualquer outro universo do discurso)”. (SALOMÃO, 2010, p.151)

Daí considerarmos o campo lexical centralizado num tema baseando-nos o que a autora, Koch (2010) mostra sobre o emprego de uma descrição nominal com função de

categorização ou recategorização de referentes implica sempre uma escolha entre uma multiplicidade de formas, realizadas conforme o contexto, conforme a proposta de sentido do produtor do texto. É a ativação dos conhecimentos culturalmente pressupostos como partilhados (isto é, a partir de um *background* tido por comum) que leve o interlocutor a ver determinado prisma.

Explicando melhor, são as expressões nominais anafóricas que operam a recategorização do “objeto-de-discurso”, tal objeto, ao longo do texto, vai sendo (re)construídos de determinada forma, atendendo aos propósitos comunicativos do falante/escrevente. Ainda sobre isso, a autora declara:

“As expressões nominais remissivas funcionam como uma espinha dorsal do texto, que permite ao leitor/ouvinte construir, com base pela qual se encadeiam e remetem umas às outras, um ‘roteiro’ que irá orientá-lo para determinados sentidos implicados no texto e, conseqüentemente, para leituras possíveis que, a partir dele, se projetam.” (KOCH, 2010, p.46)

Assim, as expressões nominais anafóricas do texto vão recategorizando e particularizando esse “objeto-de-discurso”. A análise dessas direções lexicais abre as portas para um sentido mais profundo do texto, ao mesmo tempo em que revela a linha conceitual e ideológica do autor.

A desconstrução revela os esquemas sócio-cognitivos do texto, eficientes para a leitura e compreensão de mundo. A reconstrução ativa relações autônomas de sentido que favorecem a produção textual e a construção de sentidos particulares.

Segundo Mondada & Dubois (2003), as categorias e os objetos de discurso pelos quais os sujeitos compreendem o mundo não são nem preexistentes, nem dados, mas se elaboram no curso de suas atividades, transformando-se a partir de contextos. Trata-se de uma atividade discursiva, afinal, os objetos são construídos e reconstruídos no e pelo discurso.

Koch (2010) afirma que essa “discursivilização ou textualização” do mundo por meio da linguagem não é um processo interativo de elaboração de informações em que a realidade é (re)construída, mantida ou alterada pela forma como sócio-cognitivamente nomeamos o mundo e interagimos com ele no entorno físico, social e cultural.

Ainda, Salomão (2010) explica que a referência, como tema clássico da filosofia da linguagem, foi posta historicamente como um problema de representação de

mundo, de verbalização do referente, em que a forma linguística é selecionada é avaliada em termos de verdade e de correspondência com ele (o mundo).

A referenciação não opera um deslizamento em relação à referência. Não privilegia a relação entre palavras e coisas, mas a relação intersubjetiva e social no seio da qual as versões do mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades práticas e às ações em curso dos enunciadores.

No interior dessas operações de referenciação, os interlocutores elaboram objetos de discurso: entidades produzidas interativamente e discursivamente pelos participantes no fio da sua enunciação. Não preexistem ao discurso, não têm estrutura fixa, ao contrário, emergem e se elaboram progressivamente na dinâmica discursiva. Não é verbalização de um objeto autônomo e externo às práticas languageiras, não é um referente codificado linguisticamente.

A referenciação é, portanto, atividade discursiva. O sujeito, por ocasião da interação verbal, opera sobre o material linguístico que tem à sua disposição, realizando escolhas significativas para representar estados de coisas, com vista à concretização de suas de sua proposta de sentido. Isto é, as formas de referenciação, bem como os processos de remissão textual que se realizam por meio delas, constituem escolhas do sujeito em função de um querer-dizer.

Assim, a interpretação de uma expressão referencial anafórica, nominal ou pronominal, consiste não simplesmente localizar um segmento linguístico no texto (um antecedente) ou um objeto específico no mundo, mas, sim, algum tipo de informação anteriormente alocada na memória discursiva.

Morato (2010), sobre isso, afirma que a referenciação, da qual participam vários processos de que os sujeitos lançam mão para transformar referentes em “objeto-de-discurso” pode ser entendida como um fenômeno discursivo por explicitar enunciativamente os processos de significação nela envolvidos, por ser constituída por instâncias pragmáticas e culturais que presidem a utilização da linguagem, por ser marcada pelos aspectos sociais e intersubjetivos das interações que lhe são próprias.

Enfim, a estrutura linguística indica, por meio de processo referenciação, a realidade experimentada, de fato. Tudo isso podemos considerar como “objeto-de-discurso”.

Em síntese, o grau maior ou menor de informatividade e o conhecimento de mundo representado pelo tema podem ser medidos linguisticamente na tessitura, nas tramas

de sentido, nas linhas de significação entrelaçadas pela coesão, construindo a coerência como redes de sentido. Esse conhecimento de mundo, assim partilhado, constrói o discurso, na medida em que há um sujeito que diz algo a outro, buscando de estratégias de expressão de mundo, expressas pelo tema do texto.

Esse tema lido no texto assegura a unidade e se constrói linguisticamente da primeira a última linha (KOCH, 2000), numa progressão semântica, sem repetição de ideias (significações), sem circularidade. Para não haver rupturas entre as ideias, elas são bem articuladas, entrelaçadas sem anacolutos injustificáveis. Também não repete indefinidamente o tema, pelo contrário, o tema – seu sentido – é construído nas tramas lexicais, tomando e retomando uma ideia, ampliando e dando forma ao que se quer representar do mundo.

O tema, assim construído dentro de uma perspectiva semântica, possui uma complexidade, pois na microestrutura há um campo lexical que, numa orientação de criatividade, faz a (re)construção do plano do conteúdo na textualidade discursiva.

2.3.1.2 Concepção da realidade – a dimensão da macroestrutura

2.3.1.2.1 A realidade pela coerência

Mesmo tão interligadas, a coesão e coerência se constituem em níveis diferentes de análise. Assim a coerência é o resultado de processos cognitivos operantes entre os usuários e não mero traço dos textos.

Tanto um como outro são trabalhados na concepção cognitiva, não unicamente na gramática como afirma Koch (1999). Não existe texto sem um e outro. Explicando melhor,

as relações entre coesão e coerência são bastante estreitas e interdependentes. Quer dizer, não há uma coesão que exista por si mesma e para si mesma. A coesão é uma decorrência da própria continuidade exigida pelo texto, a qual, por sua vez, é exigência da unidade que dá coerência ao texto. Existe, assim, uma cadeia facilmente reconhecível entre continuidade, unidade e coerência. De maneira que é artificial separar coesão de coerência, assim como é artificial separar forma de conteúdo, ou sintaxe de semântica, por exemplo. (ANTUNES, 2005, p. 177)

E ainda,

o normal tem sido distinguir entre uma coerência macroestrutural (ou global) e uma coerência microestrutural (ou pontual), ambas correspondendo a dois níveis distintos de organização

do texto. O primeiro, o global, concerne às relações que se estabelecem entre sequências maiores do texto de forma a lhe conferir unidade. O segundo, o local, concerne à relações que se estabelecem entre palavras em contexto de proximidade ou entre frases sucessivamente ordenadas da sequência textual. (Antunes, 2005, p. 180)

O que se pode dizer é que a coesão está em função da coerência, no sentido em que as palavras, os períodos, os parágrafos e qualquer segmento interligado para que haja sentido, para que o texto se torne interpretável.

Koch e Travaglia (2000) dizem que para haver coerência é preciso que haja possibilidade de estabelecer no texto alguma forma de unidade ou relação entre seus elementos. É subjacente, tentacular, não-linear, mas se relaciona com a linearidade do texto, pois por coesão se entende ligação, a relação de nexos que se estabelecem entre os elementos que constituem a superfície textual.

Ao contrário da coerência, que é subjacente, a coesão é explicitamente revelada através das marcas linguísticas, índices formais na estrutura da sequência linguística e superficial do texto, o que lhe dá um caráter linear, uma vez que se manifesta na organização sequencial do texto. Já a coerência liga-se à possibilidade de estabelecer sentido para o texto, como um todo, sendo assim uma coerência global e que “para haver coerência é preciso que haja possibilidade de estabelecer no texto alguma forma de unidade ou relação entre seus elementos.” (Koch & Travaglia, 2000)

Fávero (2009) trata a coesão como conceito semântico referente às relações de sentido estabelecidas entre os enunciados que compõem o texto, salientando que a interpretação de um elemento depende da interpretação de outro e da relação dele entre os três níveis do sistema linguístico: o semântico (significado), o léxico-gramatical (formal) e o fonológico-ortográfico (expressão).

Entre todas as conceituações, Antunes (2005) organiza de maneira mais textual as ideias entre coesão e coerência. Diferente de Koch (1999), trata a coesão como uma propriedade textual organizada na superfície do texto, não como simples mecanismo. Possui dupla função de promover e sinalizar as articulações do segmento, “de modo a possibilitar a sua continuidade e a sua unidade” (Antunes 2005 p. 165).

Koch (1999), ainda, chama de “dispositivos” as palavras que ligam diversos segmentos a fim de construir uma unidade de comunicação, isto é, na construção de um texto.

Com isso, se pode distinguir um texto de um não-texto, pela sequência que as palavras assumem. No entanto, Antunes (2005) ressalta que texto é mais que palavras, uma vez que requer mais do que há na superfície. Assim, ela conceitua coesão como “superfície linguística” do texto em que as palavras se organizam, e estabelece coesão e coerência como interdependentes, pois os elementos de superfície asseguram a sequência coerente e apropriada. Se visto dessa forma, linearmente, o texto é apenas uma sequência de palavras, frases e parágrafos; no entanto, a linearidade não se dá, somente na superfície.

Em outro momento, Koch e Travaglia (2000) dizem que para haver coerência é preciso que haja possibilidade de estabelecer no texto alguma forma de unidade ou relação entre seus elementos. É subjacente, tentacular, não-linear, mas se relaciona com a linearidade do texto, pois por coesão se entende ligação, a relação de nexos que se estabelecem entre os elementos que constituem a superfície textual.

Ao contrário da coerência, que é subjacente, a coesão é explicitamente revelada através das marcas linguísticas, índices formais na estrutura da sequência linguística e superficial do texto, o que lhe dá um caráter linear, uma vez que se manifesta na organização sequencial do texto. Já a coerência liga-se à possibilidade de estabelecer sentido para o texto, como um todo, sendo assim uma coerência global e que “para haver coerência é preciso que haja possibilidade de estabelecer no texto alguma forma de unidade ou relação entre seus elementos.” (Koch & Travaglia, 2000)

Desejamos nesse ponto indicar a intersecção entre a micro e a macroestrutura. A seleção lexical trança ideias anaforicamente criando nós coesivos, que pela referenciação indicam o “objeto-de-discurso”. Partindo dessa base, a coerência é construída e por ela abrem-se as possibilidades de análise da realidade e da qualificação da informação veicula no texto.

Para tratar disso, elegemos, a princípio, os estudos de Koch e Travaglia (2011). Eles postulam como modelo de coerência o poder descritivo e explicativo de como sequências linguísticas se tornam textos na interação comunicativa. E situam a coerência como sendo dada na possibilidade de estabelecer um sentido global, o princípio fundamental da interpretabilidade, embora confessem que a literatura não dá conta de definir a coerência. E recordam as bases definidoras de coerência como sendo “a boa formação de um texto”, a ligação dela com a inteligibilidade e capacidade do receptor de texto (que o interpreta para compreendê-lo) tem para calcular seu sentido.

Como já abordamos anteriormente, a coerência se fundamenta linguisticamente na superfície do texto, na microestrutura, de modo linear. Já relacionamento entre os conceitos e elementos subjacentes à superfície textual são relevantes e acessíveis numa configuração de sentido, não é linear.

Assim Koch e Travaglia (2011), lembrando uma máxima dos filósofos de Oxford (Austin, Searle, Strawson) “todo dizer é um fazer”, dão à coerência a possibilidade de fazer uma leitura de mundo no texto.

Embora o “mundo textual” não concorde com a visão estabelecida no “mundo real”. A coerência atualiza os significados potenciais que configuraram um sentido, pois consiste em processos cognitivos operantes entre os usuários e não mero traço de textos.

Ainda, segundo Koch e Travaglia (2011), a coerência coloca em funcionamento dois tipos de processos cognitivos que deflagram a conexão conceitual. O primeiro é o conhecimento declarativo com as proposições a respeito de fatos ou crenças sobre a organização dos eventos e situações do mundo real. Depois, segundo, o conhecimento “procedural” – fatos ou crenças organizadas em blocos, conceitos e modelos cognitivos, para tipos específicos de usos e operações.

Em outras palavras, como a seleção lexical e suas correlações vão da coerência (profunda) para a superfície; do pragmático ao sintático na coerência, dentro dos processos de produção de texto.

É importante perceber também que essa construção do mundo textual depende das inferências. No nível semântico, o conhecimento de mundo tem a ver com o estabelecimento de uma unidade\continuidade de sentido, um sentido único para o todo. Isso explica a ligação do conhecimento de mundo às condições de informatividade, previsibilidade\imprevisibilidade da informação dentro do mundo textual.

A cadeia linguística, como já explicada anteriormente na definição de coesão, relaciona-se com o conceitual-cognitivo (conhecimento de mundo) e com o pragmático. Beaugrande & Dressler (1981) também afirmam que há certo paralelismo entre o nível gramatical e conceitual do texto, mas a cadeia gramatical só se estende por pequenas partes, já a cadeia conceitual abrange o texto todo. Por isso, nos interessa o foco na superfície linguística em intersecção com a concepção de realidade, considerando a relação das formas linguísticas com a estrutura informacional.

Portanto, o material linguístico do discurso representa um conjunto de mundos. Para os autores “o estabelecimento do sentido de um texto depende em grande parte do *conhecimento de mundo* dos seus usuários.” (KOCH E TRAVAGLIA 2011, p.61) e sobre isso levantam algumas considerações:

Primeiro, a construção de um mundo textual evidencia a crenças de mundos possíveis na concepção dos usuários. O mundo textual é a representação de mundo pelo texto, nunca coincide exatamente com o “mundo real”, porque há mediação dos conhecimentos de mundo que podem ser mais ou menos amplos.

Segundo, a construção se dá no relacionamento de elementos do texto (frases, partes do texto) aparentemente sem relação, por inferências, com anáforas constituindo a referenciação.

Terceiro, o estabelecimento da continuidade de sentido, por causa do conhecimento ativado pelas expressões do texto na forma de conceitos e modelos cognitivos.

E, finalmente, a construção da macroestrutura, do sentido tematizado.

Dessa forma, o conhecimento de mundo tem muito a ver com o conhecimento enciclopédico e dos valores culturais arquivados na memória.

Pode-se entender melhor isso com tipos de memória abordados por Kato (1986). A memória semântica ou episódica pode ser encaixada na memória de longo termo ou permanente, aquela que armazena e organiza nosso conhecimento de mundo, incluindo o conhecimento linguístico, conceitos, modelos cognitivos globais, fatos generalizados e episódios particulares provenientes da experiência de cada indivíduo. A memória de médio termo ou operacional traz o conteúdo proposicional armazenado, não tem limitação quantitativa, pois associa o conteúdo proposicional a uma informação prévia do indivíduo e recodificação da memória temporária, transformando conceitos em unidades de sentido. A de curto tempo ou temporária são sequências de números ou palavras de capacidade limitada.

Neste trabalho, consideramos a memória como um conhecimento de mundo de dois tipos: o conhecimento enciclopédico (*background knowledge*) tudo o que se conhece e que está ativado na memória de longo termo, e o conhecimento ativado (*foreground knowledge*) o que é trazido à memória presente (operacional e ou temporária).

Para Koch e Travaglia (2011) o conhecimento comum é resultado da experiência cotidiana, diferente do conhecimento científico. A

“diferença entre os dois pode afetar a compreensão e criar problemas de coerência, principalmente porque o científico só é ativado em circunstâncias particulares, fora das quais o texto se processa pelo conhecimento comum.” (KOCH E TRAVAGLIA 2011, p. 63)

Por isso, é relevante considerar a informatividade dentro do conhecimento de mundo e diferenciá-la das condições de conhecimento científico e do conhecimento de senso comum. Assim a compreensão do texto é um processamento da informação, do conhecimento na memória, resultante dos aspectos socioculturais estereotipados. Os autores esclarecem que o conhecimento não se estabelece e se armazena isoladamente, organiza-se na mente em forma de blocos, em conjuntos, como unidades completas de conhecimentos estereotipados, chamadas de conceitos ou modelos cognitivos globais.

Para Beaugrande e Dressler (1981), o conceito bloco refere-se a instruções para operações cognitivas e comunicativas, configuração de conhecimentos estruturados, mas não monolítica ou estanque. Dividem, assim, em conceitos primários (objetos, situações, eventos, ações), seriam centros de controle do texto para processar a construção da continuidade e estabelecer a coerência; e, secundários, (estado, agente, entidade afetada, relação, atributo, localização, tempo)

Garrafa (1987, apud Koch e Travaglia, 2011) afirma que modelos cognitivos globais são blocos completos de conhecimentos relativos a conceitos intensamente utilizados na interação humana. São estruturas cognitivas que organizam nosso conhecimento convencional de mundo em conjuntos bem interligados.

Sabendo que há uma flutuação terminológica (podendo aparecer com diferentes nomes ligados a diferentes conceitos), os modelos cognitivos globais, como tipos básicos, são aqui tomamos a partir de Beaugrande e Dressler (1981). Os *frames* são modelos globais que contêm o conhecimento de senso comum sobre um conceito central (por exemplo, Natal, viagem aérea); estabelecem quais coisas que, em princípio, são componentes de um todo, mas não estabelecem entre eles uma ordem ou sequência (lógica ou temporal). Os “esquemas” são modelos ordenados numa progressão, podem-se estabelecer hipóteses sobre o que será feito ou mencionado no universo textual; comer em um restaurante, por exemplo. Os “planos” são modelos globais de acontecimentos e estados que conduzem a uma meta pretendida. Além de ter ordem pretendida, levam a um fim planejado; montagem de um aparelho, por exemplo. Os *scripts* são planos estabilizados, utilizados ou evocados para

especificar os papéis dos participantes e as ações deles esperadas em uma rotina preestabelecida, como em uma cerimônia de casamento. Os “cenários” constituem o domínio estendido de referência utilizado na interpretação de texto, é conhecimento de ambientes e situações constituindo cenário interpretativo atrás de um texto.

Koch e Travaglia (2011) destacam os modelos mentais postulados por Johnson-Laird (1981, apud Koch e Travaglia, 2011) como sendo, praticamente, a proposta de construção do mundo textual a que nos referimos. A interpretação das sentenças depende do conhecimento de mundo na medida em que a representação mental toma forma de um modelo interno do estado de coisas caracterizado pela frase. O autor adota a semântica procedural, porque não interessa o conteúdo fenomenológico ou subjetivo do modelo mental, mas sua estrutura e o fato de que possuímos procedimentos para construí-lo, manipulá-lo e interrogá-lo. Muitos dos procedimentos tomam como garantia uma base comum de conhecimento, inclusive fatos sobre o mundo, a língua e as convenções que governam a conversação.

Todo esse conjunto revela a macroestrutura, a estrutura profunda semântica do texto, definida no nível da representação semântica. Teria como um correlato psicológico um esquema cognitivo que determina o planejamento, execução, compreensão, armazenamento e reprodução do texto. É o elemento do texto que melhor e mais permanentemente é recordado. “Determinar a macroestrutura de um texto é estabelecer sua coerência, pelo menos em termos semânticos.” (KOCH E TRAVAGLIA 2011, p.67) . É na macroproposição textual que a frase que expressa a macroestrutura, isto é, o tema.

Outro fator importante para a coerência do texto, ligado ao conhecimento de mundo são as relações entre o conhecimento partilhado (o dado e o novo) e também aquilo que estabelece uma relação não explícita entre dois elementos desse texto. Beaugrande e Dressler (1981) deixam claro que preenchimento de lacunas e vazios resolve problemas de continuidade de sentido mesmo que não sejam linguisticamente fundadas. Isso refere-se a informação linguística e informação conceitual

Concluindo, a coerência depende de uma intrincada rede de fatores de ordem linguística, semântica, cognitiva, pragmática e interacional, a compreensão é apenas um processo cognitivo. Estudar a coerência pode levar a uma teoria do sentido do texto.

O que é importante neste momento é entender os meios pelos quais a coerência estabelece o conhecimento de mundo. Koch e Travaglia (2011) elegem um percurso para isso, afirmando que a coerência depende de a) elementos linguísticos (seu conhecimento e uso),

sua organização em uma cadeia linguística, como cada elemento se encaixa nesta cadeia; b) conhecimento de mundo possibilitado pela semântica cognitiva e ou procedural, isto é, o grau em que esse conhecimento é partilhado pelos produtores e receptores de texto, refletido na estrutura informacional do texto, na distribuição informação dada\nova; e c) aos fatores pragmáticos e interacionais: contexto situacional(também se relaciona ao conhecimento de mundo e com o nível semântico), interlocução, função comunicativa do texto.

Para finalizar, entende-se que a coesão constrói a coerência, o sentido, por meio da referenciação, cujo conceito aqui é de “atividade discursiva”. Por meio dela o sujeito constrói o objeto a que se referem na medida em que o discurso progride. Como buscamos analisar a informatividade nos textos opinativos, é de importante tratá-los nessa dimensão uma vez que

“as coisas ditas não estão no mundo da maneira como a dizemos aos outros, uma vez que o mundo comunicado é sempre fruto de um agir comunicativo ou de uma ação discursiva e não de uma identificação de realidades discretas, objetivas e estáveis. (MARCUSCHI 2008, p.89-90)

A coerência, assim, se estabelece numa multiplicidade de fatores e é, por isso, um princípio de interpretabilidade do texto, tudo o que afeta, auxilia, possibilita ou dificulta, impede a constituição de um sentido textual, daí sua importância na abordagem em relação às fontes de expectativa que denotam a percepção da realidade.

2.3.1.2.2 Fatos do mundo real no texto opinativo

Humanos parecem aplicar estratégias consistentes para adequar o texto ao mundo real. Humanos não veem o mundo como um bombardeio de estímulos individuais, integram as sensações em um modelo de mundo. O conhecimento adquirido é usado como ponte para anexar conhecimento futuros.

A opinião existe a partir da análise da realidade e o conhecimento dos fatos circunstantes. Heinemann e Viehweger (1991, apud Koch, 2004) organizam isso no sistema de conhecimento enciclopédico. É o conhecimento de mundo na memória do indivíduo, os

fatos informativos sobre o mundo episódico, os modelos cognitivos adquiridos por meio da experiência vivida na sociedade e servem de base para processos conceituais. São relacionados a *frames*, *scripts*, cenários, esquemas, modelos mentais, conhecimentos sobre cenas, situações e eventos, como vistos recentemente relacionados à coerência.

Hanks (2008), ao construir seu modelo teórico de contexto, chama a atenção de como a linguagem na microestrutura é ponto de partida para a percepção do contexto da realidade. São as pistas na superfície do texto que indicam toda a gama de ideias irradiadas a partir do que é dito no texto. Em outras palavras, no texto opinativo escolar, as linhas escritas fazem o papel de um portal de entrada para uma realidade embutida. Os enunciados vêm revelar sobre que mundo está se falando, que realidade é considerada para tais valores e afirmativas.

Na proposta de Hanks (2008), adotada para dar conta deste momento, emergência e incorporação (micro e macro) são duas grandes dimensões associadas indicando o contexto relacional:

A emergência que vem do micro, dos atos de fala, da análise da conversação, das pistas no momento da enunciação. Indica o fato sensível, social e histórico dentro da temporalidade. É contexto da situação momentânea, estruturado no processo da construção textual.

O que interessa neste momento são as questões de incorporação e de como elas indicam um cenário social a que o texto se refere.

A incorporação ou encaixamento, postulados pelo autor, permitem unir o micro no macro para trabalhar o conceito de contexto. Aqui, neste momento, destacamos o contexto para dar conta de como a realidade informativa é expressa nos textos opinativos.

Temos tratado a relação de informatividade na relação de informação nova sobre a informação dada. Consideramos, assim, que a informação dada constitutiva da realidade é base para um cenário relevante. No campo da vida social não existe situação sem cenários e não existe cenário sem as pistas de contextualização, sem processo de significação (semiose). A isso o autor chama de incorporação/encaixamento. O contexto é constituído dessa relação e denuncia a realidade do cenário por trás da opinião.

O plano macro do texto, na tematização, indica o campo social a que a opinião se refere, uma vez que a tomada de posição indica valores, contratos sociais e até pré-

juízos estabelecidos pelo senso comum, sem marcas científicas comprobatórias. Aqui se entende como “campo social” o que, para o autor, é adaptado da sociologia da prática como

“espaço delimitado de posições e de tomadas de posição por meio das quais os valores circulam, no interior do qual agentes possuem trajetórias e se engajam em vários *footings* (a saber, competitivos, colaborativos, entratégicos etc.).” (HANKS, 2008 p.187)

Nesses processos de contextualização, o campo social rege os *framings* para incorporar os pontos do campo social. “O campo demonstrativo simbólico não existe em um vazio social...” (HANKS, 2008 p. 185)

O autor separa isso em dois processos:

Primeiro a intencionalidade do produtor que invoca o contexto e o converte em objeto semiótico. Não é apenas um emissor de informações, mas alguém que fala de um campo, de um momento e com uma visão de mundo. A intenção leva à percepção da finalidade, assim a opinião sobre um dado informativo constitui-se como uma representação da realidade sendo exposta e, com isso, formula, invoca, tematiza o contexto, convertendo assim a opinião em “objeto semiótico em uma relação de querer-dizer.” (HANKS, 2008, p. 196) Por meio desse processo a relevância é construída.

Depois, em segundo, outro processo contextual é a visão integradora, chamada pelo autor de “sobredeterminação”, que está além da ação intencional. São configurações e ações contextuais estabelecidas no espaço contextual em que a autoridade é conferida a certos contextos e a certos agentes dentro dele. No ponto que desejamos inspecionar dentro dos textos opinativos, destacamos isso para os argumentos de autoridade, citações e dados informativos da realidade usados nos textos. São aspectos que indicam dinâmica de autoridade a certos contextos e seus agentes. Portanto, tanto a intencionalidade como a “sobredeterminação” são importantes para compreender do que se fala a partir do texto. Quem opina, opina em um momento histórico, em uma dada circunstância, e espera convencer um interlocutor fictício de certa forma, e convoca certa concepção de realidade.

2.3.1.2.3 O contexto como cenário do modelo de situação

Para dar conta da visão integradora postulada por Hanks (2008), veremos os estudos Van Dijk (1992) sobre representações mentais e modelos situacionais e como as designações contêm implícitos culturais e ideológicos e como o ponto de vista é guiado por objetivos.

A leitura implicada varia de grupo para grupo, conforme o interesse de cada um. Assim as formas de conhecimento, transmitidas pelo discurso, trazem implícitos culturais que variam conforme o sujeito da leitura.

A partir disso, todo processamento de escrita é um procedimento de expansão da informação, isto é, ao ativar a memória de longo prazo, ativa-se também a memória social e individual de seu interlocutor. As formas de conhecimento, como esquemas mentais, explicitam o que estava contido na designação. Nesse processo, um texto opinativo com alto nível de informatividade é capaz de ter um *n-tuplo* de proposições, fazendo com que cada palavra gere muitas proposições, num ir e vir de hipóteses construídas e revistas.

É por meio dessa trajetória que destacamos a relevância como princípio de informatividade. A informação nova, ao ser processada, constrói um novo contexto cognitivo, pois como não sendo prevista, força o leitor a reformular o contexto, tornando-se assim relevante.

Os conhecimentos sociais, por serem persistentes, alojam-se na memória social de longo prazo de membros de um grupo social e são denominados de representações mentais-tipo.

Van Dijk (1992) ao estudar o papel dos modelos mentais no processamento discursivo percebeu que as noções de “coerência” e de “interpretação relativa” eram dificilmente explicadas em termos puramente linguístico/ gramaticais ou de estrutura textual. Havia a necessidade de uma teoria explícita da organização e aplicação do conhecimento na compreensão do discurso, por exemplo, em termos de *frames* ou *scripts*.

As primeiras teorias do processamento cognitivo baseavam-se na representação mental construída na memória episódica. Isso explica por que as macroestruturas são memorizadas melhor e por mais tempo que as microestruturas textuais (palavras e sentenças).

O autor, usando a teoria cognitiva da linguagem e da compreensão e produção do discurso, introduz a noção de “modelo” (mental), mais que a representação mental do

texto, os usuários da língua constroem um modelo da situação sobre o qual o discurso e a opinião versam.

Assim, os discursos são coerentes apenas com relação à memória. O produtor do texto opinativo de boa qualidade informativa precisa ser capaz de construir um modelo satisfatório de um discurso, sendo coerente, com abordagens coerentes realidade.

O texto informativamente competente constrói uma representação de mundo capaz de indicar claramente do que trata o texto, as coisas, pessoas, atos, eventos ou estados de coisas a que o texto ou o falante se referem. Um modelo de situação é a noção cognitiva que dá conta deste tipo de “imaginação” em que os usuários da língua se empenham quando compreendem o discurso.

Esses modelos, parcialmente fabricados a partir de conhecimento pessoal existente, são o registro cognitivo episódico de experiências pessoais e permitem a “atualização” de velhos modelos.

O conhecimento armazenado na memória semântica (ou melhor, social) é explicado em termos de *frames*, que desempenham papel importante na construção de modelos pessoais novos, ou na atualização dos velhos. Explicam como adquirimos os *frames*, e como são efetivamente aplicados na construção do discurso opinativo, incorporando todo o conhecimento e crenças relevantes sobre o evento ou situação, construindo, assim, o cenário.

Esses modelos explicam vários aspectos especiais da produção do discurso, tais como coerência local e global, correferência, o papel de “inferências-fonte” e implicitude ou conhecimento pressuposto, os vínculos entre interpretação na memória de curto prazo e ativação de *frames*. Instituem Também o papel de experiências pessoais, o papel do modelo de contexto comunicativo (e, portanto, das propriedades pessoais e sociais do usuário da língua na produção, compreensão e transformações cognitivas), a aquisição de conhecimento e crenças, e a formação de *frames*.

E, justamente, por meio desses modelos que reproduzem as concepções de realidade é que há condições de detectar as incompletudes, o vazio de ideias implícitas, muitas vezes sem prejudicar a compreensão. Tudo dependerá, como veremos no modelo de análise, de como a concepção de mundo foi estruturada na linguagem e na macroestrutura do texto. Eles nos dão uma visão da organização da memória episódica e fornecem o vínculo necessário entre a dimensão pessoal e social da compreensão, definindo o objetivo último da interação comunicativa. Denunciam o “ponto de partida” para os processos de compreensão, o

planejamento do texto ou da fala, e o estabelecimento de um modelo de contexto ao ativar e expressar parcialmente conhecimento e crenças relevantes incorporadas no modelo.

As estruturas de modelos cognitivos são definidas em termos de esquemas recursivos (micro)situações dentro de (macro)situações), hierárquicos (os níveis mais altos dos modelos consistirão de macroproposições que “definem a situação” de maneira global), de categorias de situação prototípicas que dominam sequências de proposições que podem, por sua vez, ser organizadas em macroproposições. As proposições avaliativas (opiniões) definem a natureza única e individual de cada modelo da situação de que um texto trata ou do contexto de que o texto é parte.

Todo processamento dos modelos mentais formam um processo estratégico. Os usuários da língua realizam passos interpretativos finalisticamente orientados, efetivos, eficientes, flexíveis, tentativos, em vários níveis (textual, conceitual, modelo/*script*) ao mesmo tempo.

O modelo fornece informação sobre a possível ordenação temporal ou condicional dos fatos em dada situação, e sobre os fatos (ou categorias, como as da situação) implicadas mas não expressas no texto, faz isso por meio da informação textual, enquanto a informação textual é interpretada com informação do modelo.

Assim, o processo que utiliza modelos de situação controla o modelo de contexto local ou global, que contém parâmetros relevantes da interação comunicativa e do contexto social. Esse modelo de contexto é dinâmico e permanentemente atualizado com informação e *feedback* novos. Portanto, é o contexto que define a relevância de cada discurso para o falante em um dado contexto e, portanto, também a atenção a ele dada, e o modo como a informação é processada. É esse aspecto que pretendemos elencar a fim de analisar as fontes de expectativa da realidade e do contexto.

A relação da relevância informativa, que traduz a realidade sobre a qual o texto opinativo é construído, pode ser observada por meio dos modelos mentais postulados por Van Dijk (1992) e Koch e Travaglia (2011), pois são o conjunto de conhecimentos que dispomos para interpretar o mundo, trabalhados na cognição. As construções da memória episódica, responsável pelo armazenamento de nossas experiências de vida, organizam nossa percepção cotidiana de tudo que nos cerca a partir de nossos saberes e vivências individuais e coletivas. Os modelos mentais, são, assim, constituídos por propriedades importantes, como modelos de contexto, situação e critérios de relevância. Com isso, o discurso tem como

preocupação operacionalizar certos conhecimentos que o enunciador, ideologicamente, prioriza para representar o objeto de seu discurso.

2.3.1.2.4 A argumentação da realidade

A inserção da argumentação na concepção de realidade relacionada à quarta fonte de expectativas, indicando na informatividade a tipologia ou gênero do texto, busca averiguar na superestrutura do texto opinativo. Não é propósito aqui estancar as teorias desses aspectos, a fim de não se perder da trajetória pretendida, no entanto, ao se tratar dessa fonte, queremos elencar alguns pontos da informatividade em relação à argumentação, e mostrar como a estrutura argumentativa indica a concepção de realidade por trás do texto e, consecutivamente, seu nível de informatividade. Por isso, a partir de Platin (2008), serão enfocados aspectos da argumentação que visam apenas a dar conta, de um modo simples, das ocorrências costumeiras do texto opinativo escolar, isto é, o modo como a tese é demonstrada, provada e concluída e que recursos linguísticos e retóricos dão conta disso.

Platin (2008) menciona o ponto de vista clássico pensado de Aristóteles ao fim do século XIX,

a argumentação está vinculada à lógica, ‘a arte de pensar corretamente’, à retórica, ‘a arte de bem falar’, e a dialética, ‘a arte de bem dialogar’. A argumentação corresponde ao plano discursivo, ao raciocínio no plano cognitivo. (PLATIN, 2008, p. 12)

A orientação argumentativa (valor argumentativo) define-se pelo modo como enunciados são capazes de suceder um ao outro, pela forma gramatical bem construída, competente para levar informações suficientes para dar conta dos encadeamentos possíveis, a partir da tese manifestada. “Todo enunciado propõe ao interlocutor uma esquematização que a apresenta a realidade sob certa ‘luz’.” (PLATIN, 2008, p. 42)

Vignaux (1981, apud Platin, 2008, p. 98) declara que

argumentar equivale a enunciar algumas proposições que escolhemos compor entre si. Reciprocamente, enunciar equivale argumentar, pelo simples fato de que escolhemos dizer e avançar determinados sentidos

em vez de outros.

Para Platin (2008) “falar de argumentação é falar do sentido e da informação” . Portanto, todo argumento infere uma informação manifestada, que busca com ela adesão a uma tese.

O autor ainda afirma que o enunciado

“banalmente informativo pode ser considerado como uma tese, e o mero fato de pronunciá-lo em condições normais faz com que ele se apóie sobre a autoridade de seu locutor, assegura-lhe certa credibilidade e provoca certa adesão de espírito do interlocutor.” (PLATIN 2008, p. 43).

Desta forma, argumento eficaz intensifica a adesão, promove uma ação de adesão ou de abstenção ou, pelo menos, cria uma disposição de ação a ser manifesta posteriormente.

Outra prática argumentativa é a dúvida sobre um ponto de vista. Duvidar, para o autor, no plano epistêmico, é estar em estado de “suspensão do assentimento” acerca de uma proposição, rejeitada ou considerada como hipótese, ou como inquietação psicológica. Argumentação como resistência à opinião do outro, o outro como oponente.

Uma questão já vista anteriormente na abordagem das marcas do senso comum e que retomamos agora é a interlocução dentro do procedimento argumentativo. Platin (2008) ressalta que, na teoria polifônica, o “foro interior” é visto como um espaço dialógico de onde procede uma “voz” diante da qual o locutor se situa. Compreender isso é posicionar-se adequadamente diante da realidade a ser exposta com segurança da bagagem informativa com a qual se dispõe a argumentar.

Mesmo sem interlocução concreta, a opinião segue um discurso biface, articulando argumentações e contra-argumentações. Por outro lado, o locutor também traz em seus argumentos a intertextualidade, tendo em vista que usa de discursos já ocorridos alhures. Assim fica instituído o modelo dialogal.

Outro ponto que interessa a esse aspecto é a afirmação de Platin (2008) de que a argumentação pura rejeita o afeto e o comprometimento da pessoa, projeção de si na fala. O autor, fazendo uma crítica aos raciocínios e argumentações que aparecem na linguagem comum, nomeia de paixões falaciosas esses procedimentos; é um paralogismo que evoca um

discurso viciado e vicioso. Parecem um raciocínio válido, jogam com o sentido das palavras, tomam o efeito pela causa, respondem bem uma pergunta sem responder à pergunta feita; a conclusão reformula a premissa. São manifestações que vêm do afeto, estorvo da racionalidade argumentativa e constituem, assim, sofismas.

Acrescenta-se a isso, os valores de polaridade, ponto já visto anteriormente como manifestação do senso comum. As emoções negativas expressam vingança, culpabilidade e protecionismo. As emoções positivas, entusiasmos, exagero, idealismos e ufanismo. Não há equilíbrio, só há o bem e o mal se contrapondo.

Concluindo essa direção para mensurar a informatividade, a desconstrução do plano micro do texto leva ao plano macro da coerência que expõe a realidade do mundo textual por meio do cenário construído no entorno *frame*. Nesse espaço dá-se o compartilhamento da informação dada e a relevância da informação nova, trazendo à tona a concepção de realidade pretendida pelo escritor. A ancoragem do tema, a interlocução e os paralogismos também fazem emergir o mundo textual, e com ele a revelação da informatividade na argumentação.

Capítulo 3 Análise do *corpus*

3.1 Categorias de análise

Como já exposto, as fontes de expectativas indicam graus de informatividade, por meio das ordens das ocorrências. A proposta de organização e expansão dessas fontes em duas direções (o conhecimento linguístico e a concepção da realidade) permitirão uma dimensão de análise que possibilite classificar o grau de informatividade nos textos.

O conhecimento linguístico, abrangendo a segunda fonte de expectativa (convenções de linguagem) e a terceira fonte de expectativa (a construção do novo no texto), dará condições de verificar a materialidade verbal que denuncie o senso comum dos textos de baixa informatividade. Em outro plano, as tramas de sentido, construídas na microestrutura pelos nós coesivos, serão usadas para a tematização e verificação do percurso textual.

Portanto, esse momento se organiza, na microestrutura, em uma dupla abordagem:

Primeiro, as convenções de linguagem permitirão observar, na expressão opinativa do texto, problemas de interlocução, palavras generalizadoras e sem força de argumentação, clichês, frases feitas e outros sinais que indicam o senso comum ou desfazimento dele a partir da contradição desses procedimentos. Nos textos tidos como modelo de informação, a linguagem evidenciará o valor informativo e sua pertinência na relação de interlocução. Já nos textos de alta ocorrência de informatividade serão identificadas as expressões prolixas, complexas e de difícil leitura.

Segundo, a análise de como se dá a inserção do novo no texto, da informação nova construída pela linguagem. Isso será possibilitado com a verificação da seleção lexical do texto e suas relações anafóricas e como se dará, a partir disso, a referenciação na construção do “objeto-de-discurso”, ou a âncora argumentativa, ou ainda o tema revelado na macroestrutura.

Com os dados fornecidos pelo conhecimento linguísticos, e a partir deles, poder-se-á então levantar a concepção de realidade que explora a primeira fonte de expectativa (fatos do mundo real), a quarta fonte de expectativa (tipologias textuais) e a quinta fonte de expectativa (o contexto).

A organização desses pontos começa com a transição do conhecimento linguístico, as tramas de coesão que levam à referenciação possibilitando compreender a concepção de realidade exposta no mundo textual. A partir disso, o texto será analisado sob o olhar da coerência, de como ela constrói o contexto da opinião.

Serão levantados os conhecimentos sobre situações e eventos, os modelos mentais percebidos por meios dos *frames* constitutivos de cenários.

A análise dos padrões de coerência desanuvirá a construção do mundo textual por meio do contexto ressaltado pelos modelos mentais que, nos casos a serem estudados, partem de um *frame* para construir um cenário.

O cenário social será indicado, a partir da emergência (informação dada), pela incorporação (ou encaixamento) (HANKS 2008) da informação nova. A macroestrutura indicará o tema e o campo social a que a opinião se refere, trazendo à tona valores, contratos sociais, até prejulgamentos do senso comum.

Essa opinião sobre a informação dada, incorporada ao cenário do contexto constituirá a representação da realidade, a relevância. Consideramos aqui relevância a informação nova construída cognitivamente no contexto sugerido que por não ser comum nem prevista, força a reformulação do contexto para o leitor.

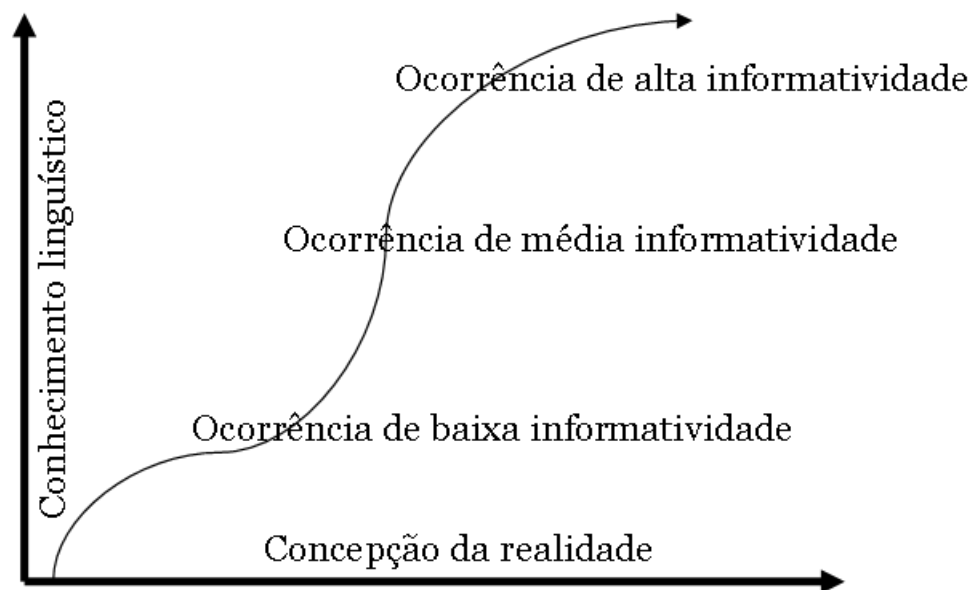
Ainda a análise, no plano argumentativo, observará a ideia de interlocução (nesse ponto retomando as marcas de interlocução que aparecem no conhecimento linguístico) e sua relação com a realidade textual, na medida em que se projeta no discurso, manifesta afeto e comprometimento emocional. Ainda verificaremos na argumentação situações de paralogismos (raciocínio inválidos) que indicam um discurso viciado ou vicioso, paixões falaciosas, efeitos tomados pela causa, sofismas e contrapontos radicalizados entre bom *versus* mau.

Em síntese, propomos organizar uma análise a partir de linhas perpendiculares: conhecimento linguístico e concepção da realidade. O ponto de intersecção dessas duas direções possibilita a mensuração da informatividade em ocorrências baixas, médias ou altas.

Embora o conhecimento linguístico e a concepção de realidade possam parecer pontos em diferentes direções, propomos aqui encontrar em um ponto de intersecção capaz de analisar a informatividade. Ou o inverso, a baixa evidência de conhecimento de mundo tolhe a capacidade de comunicação no plano linguístico.

Nesta dimensão sugerimos, a título de visualização, um plano cartesiano onde o conhecimento linguístico constitui a linha X, ordenada e verticalizada, indicando a informação construída na microestrutura. A concepção da realidade, como base originária das ideias a serem textualizadas, comporá a linha horizontal Y. A intersecção dos pontos indicativos dessas coordenadas mensurará as ocorrências de informatividade.

Figura 4 – Mensuração da informatividade



Explicando melhor, um texto com estrutura linguística empobrecida é na mesma dimensão pobre em informação, portanto se encaixa em um nível com baixa ocorrência de informatividade, um texto de senso comum como temos denominado reiteradamente. Já um texto mais competente em estruturas linguísticas, na mesma medida, será melhor informativo e relevante, uma vez que é capaz de inserir o novo no texto. E, finalmente, um texto que extrapola o uso da linguagem, fazendo dela uma ferramenta de expressão, será altamente informativo, e, por isso, complexo para compreender.

Categorias para verificação do conhecimento linguístico são constituídas por um percurso que visa à desconstrução do texto, isto é, refazer inversamente os processos cognitivos da escrita. O ponto de partida é a seleção lexical e suas relações anafóricas (ou

catafóricas, se for o caso), assim como as ideias embutidas nessas relações. Esse procedimento busca compreender como se deu a construção do “objeto-de-discurso”.

Serão, por exemplo, indicadores de baixa informatividade, um texto de senso comum, a hipótese de serem “palavras-ideias” redundantes, com pouco ou nenhuma progressão temática, e as relações anafóricas estiverem tangenciadas e circulantes. Ainda por essas pistas, há o levantamento do contexto por de trás da opinião, com falácias, verdades evidentes, generalidades.

Na análise, portanto, o grau de informatividade será averiguado no *corpus* por intermédio da desconstrução do texto. Na microestrutura, a começar da palavra-tema solicitada pela proposta dada aos alunos na produção do texto opinativo. Depois, na averiguação de como essa palavra-tema se constitui em ligas coesivas e institui os processos de referenciação. E, finalmente, por meio da ponte entre a macro e a microestrutura estabelecida pela coerência, a concepção de realidade emergirá do texto material para o texto como sentido de mundo, auxiliada pelas teorias relativas ao contexto e às observações desenvolvidas nos processos de argumentação utilizados para emissão da opinião.

De maneira objetiva, a análise do *corpus* obedecerá a seguinte ordem:

Em primeiro, a desconstrução do texto dentro da estrutura argumentativa observando a progressão do tema, mediante a ancoragem, a tese, a argumentação e a conclusão.

Segundo: o levantamento, na linguagem, de marcas evidenciadas do senso comum e pontos importantes de expressão.

Terceiro: a verificação das relações anafóricas em torno da palavra-tema, como se constituem em texto e a relevância delas na inserção da informação nova.

Quarto: no caminho para o plano macro, como os elementos coesivos do texto apontam para o referente, o “objeto-de-discurso”, instaurando a coerência textual.

Quinto: já na macroestrutura, as implicaturas do contexto, na constituição do cenário pelo emprego dos *frames* levantados, a fim de se constituir a realidade do mundo textual.

E, por fim, sexto: os procedimentos argumentativos examinados sobre o prisma da realidade a ser mostrada.

Essas duas direções, micro e macro, organizadas em uma coordenada cartesiana de um plano informativo, indicarão o grau de informatividade dos textos analisados.

3.2 Apresentação do *corpus*

O texto opinativo refere-se ao exercício redacional usualmente solicitado na prática cotidiana escolar em que se solicita a manifestação da opinião em relação a fatos da realidade. Não é objetivo, deste momento, discutir as classificações de gênero e tipologias textuais, a fim de não se perder o foco pretendido.

Os textos estudados aqui se originam de uma oficina de produção textual realizadas com alunos, entre 15 e 18 anos, de duas salas do 2º. Ano do Ensino Médio de uma escola pública, tendo como situação um exercício redacional em sala de aula.

A maior parte dos textos foi escrita em sala de aula a partir de proposta “A necessidade de o Brasil ser habitado por cidadãos” e após uma conversa informal sobre o significado de cidadania e sua importância para um país.

Alguns alunos, por questão de tempo, fizeram em casa. O resultado disso foi que os que buscaram informação extra sobre o que significa a cidadania deram conta de produzir um texto com melhor informatividade.

Uma observação importante é que nesse universo de redações, a grande maioria dos textos, 69% deles, encaixam-se no que aqui denominamos de senso comum, um resultado inquietante. Outros 38% podem ser classificados com média informatividade e, em situação rara, 1% apresenta alta informatividade.

Para dar conta da classificação proposta por Beaugrande & Dressler (1981) em relação aos níveis de informatividade, escolhemos quatro textos para análise.

Dois textos servirão para justificar o senso comum característico da baixa informatividade. A necessidade de dois textos se deve à tentativa de mostrar todas as ocorrências propostas para esse caso e que, nem sempre, são encontradas simultaneamente em um mesmo texto.

Um terceiro exemplificará o alto índice de informatividade e outro a ocorrência de média informatividade, e um quarto será tomado como modelo de ocorrências de informatividade em um texto.

E imprescindível aclarar que a avaliação dos textos tem o parâmetro do olhar de professor, na forma como didaticamente o texto é situado dentro de uma expectativa de competência escritora. É o professor o interlocutor desse aluno. Embora o ensino baseado nos gêneros textuais leve a considerar a interlocução na escrita em situação de interação social, nesse caso (como tipicamente acontece em exercícios redacionais na escola), o aluno escreve para o professor na expectativa de dar conta dos critérios avaliatórios.

Em síntese, o percurso de análise se dará, na microestrutura, pelo levantamento percurso argumentativo da progressão temática em torno da palavra-tema. Depois as ocorrências de marcas indicativas de senso comum. Em seguida, o levantamento das relações anafóricas em relação à palavra-tema e a análise da qualidade informativa dessas relações. No caminho para verificar a concepção de realidade, as ligações coesivas são ampliadas, a fim de se perceber a recategorização da informação dada em direção à construção da informação nova, abordando com isso processos de referenciação.

A partir daí, a análise amplia-se para a macroestrutura em que, tendo como base as ocorrências da microestrutura, eleva as relações anafóricas para situação de frames e cenários constitutivos do modelo mental, revelando o mundo textual na realidade do escritor.

Os procedimentos argumentativos fecham a análise, destacando as relações no plano argumentativo que evidenciam os níveis de informatividade.

3.3 Análise

A seguir transcrição *ipsis litteris* das redações. A cópia dos textos originais constam do anexo 2.

Redação 1 – Classificada como baixa informatividade

A necessidade de o Brasil ser habitado por cidadãos

Os cidadãos que habitam o Brasil tras mais problemas do que benefícios já que eles só pensam em como fazer as coisas sem sair do sofá. Mas de qualquer jeito, o Brasil precisa ser habitado por cidadãos para unir a democracia, poder cuidar da natureza (ou pelo menos tentar um pouco) plantando uma árvore ou alguma outra coisa. Cuidando de sua cidade, preservando o meio ambiente, cuidando dos animais.

Algumas pessoas estão sempre tentando ajudar o nosso país enquanto outras pessoas não se importam em nada disso.

Acho que a maior necessidade do Brasil ser habitado por cidadãos é que com eles faz algumas pessoas quererem trabalhar mais para ajudar uns aos outros e ajudar a melhorar o Brasil.

A progressão do tema no texto é realizada da seguinte forma:

Tema: A necessidade de o Brasil ser habitado por cidadãos.	
Título: A necessidade de o Brasil ser habitado por cidadãos. (repetição do tema)	
A ancoragem ou a tese é feita também com uma variação do tema:	O que é dito da tese
Os cidadãos que habitam o Brasil	Causam mais problemas que benefícios

O Brasil precisa ser habitado por cidadãos	Unir a democracia Cuidar da natureza plantando árvores Cuidar da cidade Preservar o meio ambiente
Conclusão: sem base argumentativa, reiterando o tema	
A maior necessidade de o Brasil ser habitado por cidadãos	Pessoas quererem trabalhar para ajudar o Brasil e ajudar uns aos outros.

Na microestrutura, aparecem manifestações do senso comum relacionado à interlocução, pelo uso do “acho que”, oposição radical de ideias de modo superficial “Algumas pessoas estão sempre tentando ajudar o nosso país enquanto outras pessoas não se importam com nada disso.” Além das generalizações e superficialidades trazidas pelo uso de clichês como “o bom cidadão cuida da natureza, planta árvores ou alguma outra coisa.”

As relações anafóricas, constituídas a partir da seleção lexical em torno da palavra “cidadão”, são superficiais e rasas. Nota-se a pobreza informativa pela reiteração da palavra central do tema (cidadão) por três vezes, duas substituições pronominais dela (eles) e três ocorrências do hiperônimo “pessoas”. As repetições demonstram raso conhecimento lexical e, por isso, a baixa informatividade do texto.

O tema “o Brasil habitado por cidadãos” leva à discussão de que tipo de cidadão é bom para o Brasil. As relações anafóricas realizadas com a seleção lexical indicam, no texto, o que é dito sobre o tema, de que cidadão é aquele que trabalha mais para ajudar o outro e assim melhorar o Brasil.

A referenciação recategoriza a informação dada implicando na concepção do conceito cidadão habitando dentro de um país, portanto o “objeto-de-discurso” é o conceito de cidadão que deve habitar o país. Dessa forma, as relações as ideias de cidadão são assim relacionadas:

Cidadão: problemas – fazem as coisas sem sair do sofá.

Cidadão: une a democracia, cuida da natureza plantando árvore, preserva o meio ambiente.

Cidadão: pessoas que ajudam \ pessoas que não se importam – pessoas que querem trabalhar para ajudar uns aos outros e melhorar o Brasil.

O cenário aponta, inicialmente, o “mau” cidadão como aquele que está acomodado, pois “fazem as coisas sem sair do sofá.”

Outro cenário é construído para os frames de “bom cidadão” está relacionado aos frames de meio ambiente, natureza (plantar) democracia e ajuda a outros; é aquele que se preocupa com o meio ambiente e faz isso plantando árvores. Indicação reiterada na superficialidade do senso comum que estipula plantar árvores como a principal ação em favor do meio ambiente.

O bom cidadão é aquele que “une” a democracia. O uso do verbo “unir” aqui não constitui coerência. Percebe-se que a menção da democracia é necessária ao se tratar de cidadania, mesmo que não seja clara essa relação. O cenário é que todo cidadão tem que defender a democracia. O mundo textual revela uma visão empobrecida e idealizada de cidadania.

O bom cidadão e sua relação com ou outros (cidadão) envolve ajudar, se importar e com isso melhoram o Brasil. A marca de senso comum aqui está no cenário de que o bom sempre ajuda o outro, o bom se importa com o outro. A superficialidade da afirmação está na não explicação de como é a ajuda e como se dá o “importar-se” com o outro.

Os procedimentos argumentativos promovidos pelo encadeamento de “mas” e “para” são comuns e sem valor de para a enunciação e até mesmo com valores argumentativos truncados. É o caso do “mas” que inicia uma sequência sem sentido, pois opõe o “cidadão que traz mais problemas do que benefícios” a “fazer as coisas sem sair do sofá”.

Os verbos no gerúndio indicam ênfase nas ações em detrimento de valores. O valor está no fazer/ realizar, daí a sequência de plantando, cuidando, preservando e cuidando, novamente.

Enfim, os processos argumentativos resumem-se em afirmações factuais, sem bases para promover adesão ou abstenção de premissas. O “acho que” enfraquece a afirmação, uma vez que projeta a si mesmo ao considerar a relevância do posicionamento.

Ainda há um paralogismo ao afirmar que o cidadão que traz problemas é aquele que só pensa “em como fazer as coisas sem sair do sofá”. O enunciado aqui não especifica que tipos de problema e, também, ao usar a palavra “coisa” não deixa especificado que tipo de “coisa” esse cidadão pensa em fazer sentado no sofá, a ponto de trazer problemáticas para o exercício de sua cidadania.

A redação 1 é um modelo tipológico do que chamamos neste trabalho de senso comum. O aluno tangencia o tema e trabalha com os aspectos viciados de seu contexto. Estabelece “democracia” e “cuidar da natureza, do meio ambiente e da cidade” como solução final para a atuação cidadã. Sem, no entanto, especificar que valores desencadeariam esses posicionamentos. Os argumentos são baseados em atitudes factuais possíveis, e não em dados concretos da realidade.

Esse discurso do senso comum para o bem coletivo promove boas práticas que, certamente, na vida real não acontecem.

Considerando a palavra “cidadão” como centro de significações para os textos do *corpus*, obteremos as dimensões informativas que os textos carregam.

O *frame* aqui do cidadão constrói um cenário em que ser cidadão é modelo de quem cuida da cidade, da natureza e zela pela democracia. Cumpre assim o esquema esperado pelo senso comum, criticando o mau cidadão diante do seu comportamento acomodado e desinteressado, dessa forma revela a polaridade em que ou o cidadão é bom ou é mau.

As situações de sendo comum, o modo tangencial como coesivamente o tema é tecido, o contexto e argumentações incapazes de dar conta de uma expressão interessante da realidade, todos esses fatores indicam a baixa informatividade deste texto.

Verticalmente, na microestrutura, há marcas de senso comum, relações anafóricas pobres indicam a construção sem profundidade e progressão relevante de ideias.

Horizontalmente, a macroestrutura revela componentes de uma realidade tipificada pelo senso comum, com afirmações reproduzidas da realidade circundante e típicas nas produções textuais de baixo padrão.

Redação 2 – Classificada como baixa informatividade

Como ser um cidadão

Como em muitos países o Brasil também tem suas culturas, suas religiões, seus preceitos, etc; e também tem como necessidade de cidadãos; mas como cidadãos, essas pessoas são aquelas que agridem o meio ambiente, que

destroem patrimônios públicos, que são racistas, que ajudam a poluir e sujar a cidade, etc. E é por isso que precisamos de novos cidadãos em nosso país.

Muitas pessoas acham que é muito difícil ser cidadão, ser uma pessoa sem “dívidas com a sociedade”, mas na realidade é muito fácil.

Para você ser um cidadão é só você ajudar as pessoas que precisam, não jogar lixo nas ruas, se preocupar com o país em que você vive, e acima de tudo, ter respeito com o seu próximo, com todos ao seu redor.

Ser cidadão não é nada difícil, difícil é não errar de vez em quando, pois assim você estará contribuindo para abaixar ainda mais a quantidade de pessoas de bem do nosso país.

A progressão do tema no texto é realizada da seguinte forma:

Tema: A necessidade de o Brasil ser habitado por cidadãos. Título: Como ser um cidadão	
A ancoragem ou a tese é: como em muitos países, há necessidade de cidadãos.	O que é dito da tese
O modelo (ultrapassado) de cidadão	Agride o meio ambiente. Destroi o patrimônio público. São racistas. Ajudam a poluir e a sujar a cidade.
O novo (modelo) de cidadão	Sem dívida com a sociedade. Ajuda as pessoas. Não joga lixo nas ruas. Preocupa-se com o país. Respeita o próximo.
Conclusão: conclui, de modo confuso e sem fundamentação anterior, ser cidadão não é nada difícil. difícil é não errar de vez em quando.	

Na microestrutura, a interlocução direta com o “você”, indica o caráter protecionista de aconselhamento para o bem, comum e incentivada pelo contexto social do

aluno escritor. Há a institui oposições generalizantes: o “novo” cidadão deve se opor a um tipo velho de cidadão que age de determinada forma. Ser cidadão para alguns é “fácil” e para outros “difícil”. E, na conclusão, a relação incoerente entre fácil e difícil, como se a oposição desse sentido ao que se pretende concluir.

Na seleção lexical, nas relações anafóricas para retomada e progressão da palavra-tema “cidadão”, há a repetição por quatro vezes da palavra cidadão, a retomada com o hiperônimo pessoas, também por quatro vezes, e a substituição pronominal por “você”, estabelecendo um diálogo direto com interlocutor. Esse conjunto, assim como no exemplo anterior, indica pouco aprofundamento da ideia com relações rasas de significação e de pobre progressão temática, como indicado pelo modo como a referência constrói o mundo textual. Vejamos abaixo com que informação a ideia de cidadão se relaciona:

Cidadão: pessoas – agredem meio ambiente – destroem patrimônio público, são racistas, poluem e sujam a cidade.

Cidadão: novos cidadãos – pessoas, ser cidadão, pessoa sem dívida com a sociedade – é muito fácil.

Cidadão: você, ajudar pessoas, não jogar lixo da rua, preocupar-se com o país, respeitar o próximo.

Cidadão: é nada difícil, difícil é não errar de vez em quando.

Errar de vez em quando abaixa a quantidade de pessoas de bem do nosso país.

A construção feita sobre o dado “cidadão que deve habitar esse país” sugere ações de novo (modelo) de cidadão em oposição ao velho.

Na macroestrutura, a relação entre velho e novo (modelo) de cidadão é uma situação antitética. Para o modelo velho, o *frame* vem das ideias de cidadão, meio ambiente, destruição de patrimônio público e racismo. “Agredir”, “ser racista”, “destruir”, “sujar e poluir” constroem o cenário do velho cidadão que, no senso comum, são aqueles que praticam ações contrárias à natureza e ao meio ambiente. A questão do racismo, aqui, se equipara às de meio ambiente, por ser parte de temas atuais estabilizados na memória episódica.

Semelhantemente, o novo (modelo) de cidadão constrói o cenário pelos *frames* de meio ambiente, respeito pelo próximo; acrescido da ajuda a quem precisa. Reiterando que o novo modelo de cidadão não tem “dívidas com a sociedade”.

Nos procedimentos argumentativos, há paralogismos típicos da baixa informatividade, são dizeres que não dizem ou se manifestam incoerentes. A conclusão do texto, “ser cidadão não é difícil, difícil é não errar de vez em quando”, fecha-se com a ideia de que “assim” abaixa a quantidade de pessoas de bem do país. Além da confusão na organização do período, não há congruência entre as ideias do que favorece ou facilita ser mais ou menos difícil.

Há neste texto também a ênfase nos procedimentos factuais. A relação entre ser fácil e difícil atuar com cidadania não fica, argumentativamente, clara no trecho “errar de vez em quando”, pois aparece solto na conclusão sem a prévia relação coesiva na argumentação explicitando a que esses erros se referem e de que modo acontece a não contribuição em benefício do país.

Esse é outro exemplo de texto com baixa informatividade, da mesma forma que o texto anterior. Um segundo exemplo se faz necessário para mostrar os pontos similares que convergem para um senso comum, indicador de baixa informatividade.

Nesse texto, o senso comum é marcado por ideias superficiais e pela oposição entre o que é mau e o que é bom, o que difícil e o que é fácil; sem, contudo, especificar ou detalhar os valores por trás dessas ações.

No entanto, esse texto é mais abrangente referencialmente que o anterior, uma vez que constitui o “mau cidadão” como modelo ultrapassado, em oposição à necessidade de um novo (modelo) de cidadão. Mesmo que isso represente só uma enumeração do que é ser o novo ou velho (modelo) cidadão, ainda assim, essa classificação é feita, na maior parte, pelo oposto: Agredir o meio ambiente está em oposição a não jogar lixo na rua, por exemplo.

Como no outro texto, há o apelo pragmático do bom comportamento, estereótipo do senso comum. Não há meio termo, não há negociações, ou se é mau ou bom cidadão. O *script* e o esquema são idênticos ao do texto anterior. Vale ressaltar que a maioria dos textos produzidos para este *corpus* possui essa característica, o que já foi dito no capítulo 1, ao definir o que chamamos aqui de senso comum.

Verticalmente, na microestrutura, as relações anafóricas superficiais revelam uma rasa abordagem do tema, o que, diretamente, reflete na macroestrutura, no plano

horizontal, com uma representação da realidade igualada ao texto 1, isto é, sem relevâncias informativas. Portanto, baixo grau de informatividade.

Redação 3 Pérolas aos porcos: cidadania do conformismo

Antes de se exercer um papel social, é necessário compreender o que tal título significa. Portanto, muito antes de se reconhecer como cidadão, o ser humano precisa entender e aceitar o fato de estar inscrito em uma sociedade. Jamais poderemos cobrar por direito que desconhecemos, e nunca poderemos julgar deveres que não entendemos.

Direitos e deveres: os alicerces para a vida social. Ter seus direitos atendidos e seus deveres cumpridos é a expectativa que a palavra cidadão evoca. O direito de ir e vir, o direito de livre expressão, são apenas o básico. Temos também o direito ao respeito e à vida. E essas são noções mais complexas do que aparentam. Além do mais, em contra-partida, existem os deveres: defender a pátria, preservar a natureza, garantir que as leis sejam cumpridas. Mas o que é pátria? Que leis são essas?

O brasileiro está, em sua grande maioria, em uma nova espécie de ostracismo. O próprio povo se abstém da participação social no nível político. O que não é inteiramente sua culpa, pois desde os tempos passados criou-se esse condicionamento, esse conceito de que política é uma simples palhaçada desinteressante. Naturalmente essa é uma noção falsa e limitante, mas que custa a se desconstruir. E nesse meio ninguém pensa no coletivo. Cada um busca a sobrevivência própria. Mas tem um detalhe: vivemos e convivemos em sociedade.

Vivendo em sociedade precisamos ir além das definições. Cidadão não é aquele que vive na cidade. Também não é aquele que tem

direitos e deveres. Tampouco é como na antiga Atenas, onde apenas homens mais velhos e nascidos na cidade tinham a vez da palavra. E ainda não é como nos dias de hoje, onde ser cidadão é assegurar seu direito ao voto. Ser cidadão é conhecer o Estado, e seu papel dentro dele.

A progressão do tema no texto é realizada da seguinte forma:

Tema: A necessidade de o Brasil ser habitado por cidadãos. Título: Cidadania do conformismo	
A ancoragem ou a tese é : compreender o que este papel social significa	O que é dito da tese
Cidadão	Aceitar que está inscrito numa sociedade e que precisa conhecer os direitos que cobra e entender os deveres que precisa cumprir.
Cidadão: seus direitos e deveres	Mais do que ir e vir é o respeito à vida como noção complexa. As práticas cidadãs são inseridas como deveres mais simples: preservar a natureza, cumprir as leis etc.
O brasileiro como cidadão, em sua grande maioria	Apresenta ostracismo, por estar condicionado ao descrédito da classe política. Lembra de que esse ostracismo leva a não pensar no coletivo e que é necessário lembrar de que vivemos e em sociedade, portanto (implícito) não cabe o individualismo.
Conclusão	
Cidadão (necessário ao Brasil)	Não é uma situação prática. É um estado de conhecimento do papel dentro do Estado.

Na microestrutura, a linguagem prima pela excelente articulação de ideias, com rico vocabulário, sem manifestações de clichês ou lugares comuns.

Seleção lexical e relações anafóricas são assim constituídas em torno da palavra “cidadão”:

Há a repetição por quatro vezes de “cidadão”, a ideia é retomada pelos hipônimos de “brasileiro” e “povo” e diversas vezes a pronominalização usando “nós”. Essas

relações indicam maior profundidade na abordagem do tema e trazem a realidade mais para perto ao inserir o “nós” no que se compreende como práticas cidadãs.

O “objeto-de-discurso” propõe as seguintes relações que permitiram a construção do mundo textual por meio da referenciação.

Cidadão: ser humano com direitos e deveres (conhecidos para serem cobrados, entendidos para serem julgados)

Cidadão:

direitos - os básicos (ir e vir \ expressão) e o direito à vida

deveres – defender a pátria, preservar a natureza, garantia de leis cumpridas.

Cidadão: como brasileiro cumpridor de leis.

Cidadão: como povo sem participação social,

Cidadão: como quem não acredita na política, (em detrimento ao senso comum)

Cidadão: que vive e convive em sociedade.

Cidadão: na sociedade

Não é viver na cidade.

Não é deveres de direitos.

Não é ter maturidade para ter vez e palavra, como era em Atenas.

Não é assegurar o direito ao voto. (democracia)

Ser cidadão é conhecer o seu papel dentro do estado.

As marcas anafóricas ligadas à ideia de cidadão constroem no tecido textual o significado evocado no texto para ser cidadão. O produtor começa pelas marcas do senso comum, depois as desmistifica e nega o pragmatismo para conceituar o modelo de cidadão, elegendo o posicionamento ético para se compreender o papel do cidadão.

Cenário: O cenário mostra a ação cidadã somente possível em sociedade. Os frames cidadão são conectados aos frames de “direitos e deveres”. Estariam dentro do sendo comum se limitassem ao simples cumprimento deles. No entanto, na contramão do sendo comum, o aluno propõe que os direitos precisam ser conhecidos e os deveres, entendidos. O cenário aqui parte do trivial cumprimento de direitos e deveres do cidadão, para o cidadão que

buscar aprofundar-se no que, de fato, isso significa. Contrapõe, assim, o dizer do senso comum, não aceitando uma verdade evidente e, aparentemente, fechada no que tange a cumprir direitos e deveres.

Outro cenário evocado aqui, a partir dos frames de “cidadão”, “brasileiro”, “povo” . “ostracismo”, política. Propõe a desconstrução do senso comum de que a política é uma “palhaçada desinteressante” indicando um povo que se fecha para manifestar-se como cidadão.

E finaliza, reformulando o cenário criado pelo senso comum de cidadão. Nas relações “cidadão”, “sociedade”, “cidade”, “direitos e votos” assegurados, o cenário é a contramão dessa relação. A cidadania não está na sociedade, nem na cidade, nem nos direitos e democracia. Ser cidadão é a construção advinda por meio de conhecimentos

Na argumentação, usa o “mas” numa oposição sutil: “buscar sobrevivência própria” está em oposição a “vivemos em sociedade”.

Para ancorar a ideia que sugere compreender “o que significa o papel de cidadão na sociedade”, menciona a necessidade de conhecer e entender direitos e deveres, compreender a vida em sua complexidade pressupõe um valor maior que desencadeará o cuidado com o meio ambiente. É vencer o “ostracismo” e o senso comum que considera ao descrédito da classe política e o comportamento individualista. Enfim, fundamenta a ideia de que ser cidadão é um estado de conhecimento do seu papel dentro do estado.

Na conclusão, insere uma série de negativas em que demonstra conhecimento histórico e para isso organiza claramente as formas conjuntivas ligadas a “não é aquele”: “também não é”, “tampouco”, “ainda não é”.

Diferente dos textos de baixa informatividade, o texto padrão, de média informatividade, desconstrói o senso comum de que marca como ir e vir um direito importante.. No trecho “O direito de ir e vir e o direito de livre expressão são apenas o básico.”

Também desmistifica o senso comum ao justificar que o brasileiro vive o ostracismo em razão do comum descrédito da classe política.

O texto mostra uma realidade crítica, ciente das fraquezas do senso comum, desmistificadora de enganos sociais que encobrem os verdadeiros valores. Sem ser altamente crítica, levanta pontos necessários ao bem do país. O texto mostra autoria com as marcas de

realidade coerente. Surpreende o esperado ao ir além do conhecido, criando afirmações relevantes para o tema.

Concluindo, na microestrutura, o texto apresenta uma relação elaborada na seleção lexical e nas tramas de sentido. O referente recategoriza o conceito de cidadania proposto pelo objeto-de-discurso em um nível informativo, uma vez que, negando o senso comum, o texto apresenta uma abordagem relevante. Expressa, assim, na macroestrutura um cenário mais elaborado e profundo, com argumentações pertinentes. Toda essa análise coloca o texto dentro do grau médio de informatividade e, por isso, pode ser tomado como modelo de expectativa.

Redação 4 – modelo com indicação de altas ocorrências de informatividade

Nação filantropista

Há de se achar humanos, irmãos. Habitantes de um mesmo círculo, localidade de confrontos múltiplos. Um país legal, civil e políticos, abrangendo o social. Lá há de se ter amigos de raça humana, cidadãos do mesmo mundo.

Naturalizar o zelo, fazer-se natural à socialização. O filantropo é favorável ao bem comum, busca de si a utilidade geral. A árvore seca perde os frutos se não houver terra amiga a presentear suas riquezas.

Humanizar-se é o altruísmo máximo de relacionamentos, pois confronta causas ao desfavor de si próprio e ao favor alheio. Pela nação, patrizar relações indicará, assim, caminhos conexos pelos interesses coletivos.

Nascer, comer, crescer, repouso, abrigo, sustento, vida. Dizem da liberdade de diretos, cidadania. Não pátria sem dignidade humana. Há só elegância falsa de sem terras famintos, sedentos, doentes. Prisão de sombras, escuridão das necessidades.

Ser homem de seu país é olhar pelos habitantes. Ver e sentir pela causa do todo. Abrigar no interior vontade e capacitação de atitude. Ser indivíduo, um claro cidadão.

A junção destes filantropiza o Brasil. Faz-se a todos o gozo da civilidade, política, moral, saúde e bem-estar. Apropria-se dos bens oferecidos. Há prazer. Satisfação pelo tesouro nacional feito das moedas valiosas de se ser irmãos.

A progressão do tema no texto é realizada da seguinte forma:

Tema: A necessidade de o Brasil ser habitado por cidadãos. Título: Nação Filantropista	
A ancoragem ou a tese é	O que é dito da tese
cidadão é agir como irmãos. O desenvolvimento é feito a partir das nomeações relacionadas à cidadania.	
Humanos irmãos habitantes de um mesmo círculo amigos da raça humana cidadãos do mesmo mundo	Vivem confrontos e estão debaixo de leis civis e políticas.
o filantropo (dois parágrafos)	Zela pelo bem comum de modo natural. Também é natural as ações socializadas. Faz-se útil à sociedade. Serve de terra para que haja frutos (analogia). Altruísmo é humanizar-se, pois enfrenta situações em favor do outro e chama isso de patrizar relações, isto é, que as relações sejam em favor do sentido de pátria.

Cidadania	Vai além do senso comum de cidadania: nascer, comer, crescer, repouso, abrigo, sustento, vida. Liberdade de direitos. Insinua que falar disso sem que seja realidade é uma elegância falsa, prisão e escuridão.
Ser homem de seu país Indivíduo Claro cidadão	É olhar pelos habitantes, sentir a causa do outro e de todos. É ter dentro de si o valor de quem toma atitude.
Conclusão	
Ser irmãos, “filantropizar” o Brasil	Esse é o real valor da cidadania da qual o Brasil precisa.

Por se tratar de um texto de alta ocorrência de informatividade, há necessidade de fazer o *downgraded* (simplificar) para interpretar o texto.

Na microestrutura, a linguagem se apresenta por muitas vezes rebuscada, a construção das orações é realizada com poucos conectivos sequenciais.

A seleção lexical e relações anafóricas são complexas e ricas, revelando um mundo textual inusitado e não acessível para qualquer leitor.

A palavra-tema “cidadão” é inserida no início por meio de catáfora, isto é, sua referência é antecipada pelas palavras: “humanos”, irmãos, “habitantes de um mesmo círculo” e “amigos da raça humana”. Só no final do parágrafo é que aparece o referente, na expressão ampliada “cidadãos do mesmo mundo.” Daí em diante, a palavra/conceito é reiterada da num crescente de termos hipônimos e sinonímicos, da seguinte forma:

CIDADÃO:

humanos
irmãos
habitantes de um mesmo círculo
amigos da raça humana
cidadãos do mesmo mundo
o filantropo
ser homem de seu país
indivíduo
claro cidadão
ser irmãos

Convém ressaltar aqui que a ocorrência de hipônimos revela a profundidade conceitual e a inusitada abordagem que mostra o cidadão com valores fraternais, como pretende a tese do texto.

A referenciação recategoriza o “objeto-de-discurso” a fim de apresentar o cidadão que se comporta como irmãos e, assim, pode-se esperar o melhor dele em relação ao seu país e aos seus iguais. Assim a informação nova é construída, na macroestrutura, partindo da expansão do significado de cidadão como informação dada, para a de cidadão no sentido de relações fraternas. Para isso o cenário é composto da seguinte forma:

Os frames de cidadão como “amigos”, “irmãos”, “habitantes de um mesmo círculo”, “cidadão da raça humana” e “habitantes de um mesmo mundo” habitando em um “país legal”, “civil” e “político” criam o cenário em que a relação cidadã desencadeia ações de abrangência social. Em outras palavras, a concepção de cidadania, da forma como é reiterada pelos hipônimos, é a consequência de um modelo de país onde habita, de fato, cidadão, uma vez que estão sociabilizados.

Outro cenário parte dessa socialização relacionando cidadania à filantropia a fim de promover o bem comum. O frame de filantropia evoca a irmandade, a ajuda humana, amor à humanidade para estabelecer o cenário da ação cidadã voltada ao bem comum.

A linha de raciocínio, considerando agora cidadania como humanização do ser humano, chama o frame de relacionamentos humanizados como cenário em que cidadão é aquele que busca o favor alheio a despeito de si próprio. Usa, para reiterar isso, expressões de alta informatividade como: “patrizar relações” e “caminhos conexos”.

O cenário que relaciona cidadania à liberdade, parte dos direitos básicos, habitualmente mencionados, de “nascer, comer, crescer, repouso, abrigo, sustento, vida”, no entanto, quebrando o senso comum, sugere uma falsidade de direitos e liberdades, se houver situações desumanas de fome, doença e desabrigo. “Prisão de sombras” e “escuridão de necessidades” são analogias para esse cenário.

Em oposição à falsidade, o frame “homem de seu país” em relação aos outros e às causas humanas, é aquele que possui vontade e da vontade caminha para ação. A isso chama de claro cidadão, o indivíduo que, se achando único, trabalha pelo todo.

E finaliza com a relação entre o frame de cidadão e a humanização, criando o cenário de filantropia, em que ser cidadão é agir com características de irmão.

Algumas marcas argumentativas na microestrutura refletidas na macroestrutura podem ser consideradas como indicações de alta informatividade. Há ocorrências mínimas de conectivos sequenciais, o que indica um esforço para estabelecer as relações sintáticas entre as orações. Como no exemplo ocorrido no primeiro parágrafo, se refeitas as relações dos conectivos,

"Há de se achar humanos, irmãos. Habitantes de um mesmo círculo, localidade de confrontos múltiplos. Um país legal, civil e políticos, abrangendo o social. Lá há de se ter amigos de raça humana, cidadãos do mesmo mundo."

"Há de se achar humanos, irmãos. Habitantes de um mesmo círculo, localidade de confrontos múltiplos. Um país legal, civil e políticos, abrangendo o social. Lá há de se ter amigos de raça humana, cidadãos do mesmo mundo."

Para isso, é necessário o *downgraded* (simplificação)

Um país em que há cidadania há o social se houver legislação vigorando (legal), se houver relação civil estabilizada. Mais que isso, encontram-se humanos que se consideram irmãos, mesmo quando dentro de um mesmo contexto (círculo) coexistem com diferentes interesses (confrontos múltiplos).

Assim, a informação dada: "cidadão que habita o país" se transforma na informação nova: "cidadão é o que age com valores de filantropia, humanidade e irmandade".

O texto, exemplo de alta informatividade, é extremamente requintado nas relações anafóricas (e catafóricas) da seleção lexical. Isso dificulta a retomada e expansão do objeto-de-discurso na microestrutura. A simplificação do texto se dá pelo trabalho referencial ao

recategorizar o modo complexo como a palavra-tema foi abordada. A macroestrutura só consegue ser percebida, depois desse olhar minucioso na microestrutura.

Em suma, os resultados da análise podem ser vistos a partir de das duas direções elencadas desde nesta pesquisa: primeiro o plano microestrutural, o do conhecimento linguístico na formulação da opinião e nos processos de informatividade; segundo, o plano macroestrutural, em que a coerência e o contexto revelam a informatividade dentro da concepção da realidade.

Primeiro, o senso comum é reproduzido na microestrutura com baixa qualidade das relações anafóricas. A pobreza de relações e da substituição lexical impede a profundidade da tematização e, por isso, as ideias ficam no nível de generalizações. Quanto mais elaboradas as relações anafóricas e melhor a escolha lexical, mais condições têm um texto de ser informativo.

No outro extremo, as construções textuais complexas usam como ferramenta uma escolha lexical primorosa e relações sintáticas que omitem, na sua maioria, os conectivos sequenciais.

O quadro abaixo compara, nos textos, as ocorrências da seleção lexical que promoveram as marcas coesivas para a palavra/conceito “cidadão”.

Redação 1 Baixa informatividade 1ª. ordem	Redação2 Baixa informatividade 1ª. ordem	Redação 3 Média informatividade 2ª. ordem	Redação 4 Alta informatividade 3ª. ordem
Três vezes “cidadão”, duas substituições pronominais “eles” e três ocorrências do hiperônimo “pessoas”.	Quatro vezes “cidadãos”, quatro vezes “pessoas”, quatro vezes e “você”.	Quatro vezes “cidadão”. Uma vez “brasileiro” e “povo”. E várias vezes o “nós” como pronominalização.	humanos irmãos habitantes de um mesmo círculo amigos da raça humana cidadãos do mesmo mundo o filantropo cidadania ser homem de seu país indivíduo claro cidadão ser irmãos

Depois, a ocorrência de informatividade é construída verticalmente na microestrutura e refletida na macroestrutura, indicando, assim, a concepção de realidade do produtor do texto. O tema construído pela referenciação se relaciona ao cenário percebido na coerência e revela a informação nova construída a partir da informação dada. Quanto mais distanciamento entre uma e outra, maiores serão as ocorrências de informatividade.

Portanto, a mensuração dos níveis de informatividade dá-se por meio das fontes de expectativas organizadas em duas direções: uma na microestrutura e outra na macroestrutura. Ocorrências ordinárias na linguagem indicam o senso comum na opinião. Esse posicionamento usual não cria nenhum distanciamento entre a informação dada e a informação nova. Percebe-se nas análises que quanto mais elaboradas forem as opiniões na microestrutura, mais complexas se revelarão na macroestrutura.

Não cabe aqui, no entanto, averiguar profundamente como se dá a relação dessa construção, isto é, até que ponto a competência linguística permite a melhor expressão da realidade; ou, de forma inversa, como a concepção de mundo carrega em si vocabulário e organizações sintáticas capazes de exprimi-la. Isso seria outro momento de pesquisa. Com isso, pretendemos pesquisar, objetivamente, como a relação entre uma e outra dão conta da informatividade no texto.

Considerações finais

Embora imbricada com outros fatores de textualidade, a informatividade tem notória importância para prática de escrita opinativa dentro do contexto escolar. Ela permite mensurar, por meio dos três graus de ocorrência, a capacidade de um texto ser relevante, além do que, didaticamente, permitir pontuar em que situação a tematização pode ser melhorada ou simplificada.

A análise indicou como a realização linguística pode se efetivar para além do ato da escrita, constituindo a realização de um mundo textual que parte da concepção de realidade do produtor do texto. Dessa forma, o fator da informatividade possibilita não só mensurar a qualidade da tematização, como indica a representação de mundo e a percepção da realidade do aluno em um evento comunicativo

O imbricamento da informatividade com os fatores internos de coesão e coerência se dá, a princípio, pela seleção lexical e sua capacidade de constituir tramas de sentido que partem, primeiro da construção do tema por meio da reiteração e progressão da palavra-tema, chamada aqui de “objeto-de-discurso”, e, depois, pelo modo como a referenciação constrói o mundo textual, na medida em que acresce outras ideias à ideia principal do texto.

As marcas coesivas, a coerência, a situação de produção, as inter-relações abrem pistas que, de modo global, nos indicarão os níveis de informatividade e, por sua vez, a capacidade de realização linguística da produção.

A realidade parte, então, da microestrutura e se constitui na macroestrutura, ao revelar a coerência das relações contextuais trazidas à tona pelos *frames* constitutivos de um determinado cenário contextual.

As categorias de análise foram importantes para indicar os graus de informatividade e relacioná-los à qualidade da tematização e à capacidade de argumentação no texto opinativo, evidenciando, na linguagem, as formas de imbricamento com os fatores externos de textualidade.

A partir disso, a desconstrução do texto feita na análise do *corpus* fez desvelar o processo de como a informatividade se constitui na textualidade, como os processos de escrita elaboram o sentido de realidade, o sentido de mundo. Portanto, a informatividade possibilita conhecer como a qualidade da informatividade é expressa na linguagem.

Esse percurso, que permite evidenciar a informatividade e relacioná-la à qualidade do texto, passa, então, pela análise das fontes de expectativas, postuladas por Beaugrande & Dressler (1981), organizadas, na microestrutura, pelo conhecimento linguístico e, na macroestrutura, pela concepção de realidade.

A microestrutura permite avaliar os procedimentos para instaurar as convenções de linguagem, incluindo aí o que chamamos de marcas do senso comum. A análise das relações anafóricas da palavra-tema consolida o quanto a informação é trabalhada da superfície do texto. Além de que, essas mesmas relações anafóricas se ampliam, unindo-se ao conteúdo relacional e semântico, construindo o mundo textual por meio da referenciação, recategorizando o “objeto-de-discurso”.

A informação nova, percebida pela referenciação, é revelada na macroestrutura e, ao estabelecer a coerência, traz à tona conhecimentos pressupostos revelados pelo cenário contextual, a partir dos frames, num movimento do linguístico processual.

Essa tramitação entre aspectos micro e macro na construção da textualidade reflete diretamente nas expectativas, na argumentação, na opinião. Assim, a não novidade marca a baixa ocorrência de informatividade, pois apenas reitera o que já tem sido comumente tratado na realidade expressa pelo contexto sócio-cultural. Já normalidade de um texto informativo se expressa no acréscimo coerente e satisfatório de informação nova. E, na outra ponta, o distanciamento excessivo da informação dada está intrinsecamente relacionado ao conhecimento linguístico.

Portanto, podemos observar que nas ocorrências de baixa informatividade, os textos aqui denominados de senso comum possuem a trama coesiva empobrecida pelo léxico o que ocasiona rasas relações referenciais, tanto por substituição e por reiteração, constituindo um cenário de realidade circundante.

Nas ocorrências de alta informatividade, em situação totalmente oposta, a trama coesiva inserida no processo de referenciação abriga ricas situações relações anafóricas usando substituição, reiteração, sinonímia e hipônimos. A referenciação revela uma realidade profunda e complexa, necessitando de um *downgraded* (simplificação) tal é o alto índice de informatividade.

Entre as ocorrências de baixa e alta informatividade estão as ocorrências medianas. É o texto considerado padrão que, usa o dado como âncora para introduzir um novo equilibrado e eficiente para situação comunicativa. Da mesma forma, a trama coesiva

constitui o tema e dá condições de reconstruir a realidade que funciona como pano de fundo do texto.

Há, enfim, nestes resultados, uma contribuição significativa para o exercício prático de produzir textos opinativos na escola. O olhar do professor a partir dos graus de informatividade o capacitará a buscar formas de aprimorar o texto do senso comum. A indicação dessas marcas, como o circundante campo lexical e pobre relação anafórica, assim como a busca de estratégias para aprimorar essas ocorrências mostraram-se caminhos para o *upgraded*, para o aprimoramento da informatividade do texto e, portanto, a melhora da qualidade da produção textual.

Observa-se que, nesse processo de exercício da escrita, o objetivo não é só o desenvolvimento de ideias pelo aluno escrevente; é, principalmente, colocá-lo em uma situação criativa em que se veja buscando seu próprio sentido, sua visão de mundo, chamando a atenção de como léxico, em núcleos nominais, constituem o referente.

Por outro lado, ainda que em menor ocorrência, estratégias de *downgraded* se farão necessárias para escritores cuja complexidade de expressão torne-se problema em avaliações externas, ou em concursos vestibulares, por exigirem clareza e concisão.

Enfim, satisfeitas as inquietações para encontrar respostas mais objetivas às questões de qualidade da tematização em textos opinativos, podemos considerar que a pesquisa também colabora para compreender como, na escrita opinativa, há o estreitamento entre conhecimento linguístico e a realidade de mundo presente na textualidade.

Com isso, esperamos contribuir para a o ensino da escrita e com a prática de exercícios redacionais na escola.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. 2007. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANTUNES, Irandé. 2005. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. 2006. Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BEAUGRANDE, R. de & DRESSER. 1997. New foundations for science of text and discourse: cognition, communications and freedom of access to knowledg and society. New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1997.

BEAUGRANDE, Robert de e DRESSLER, Wolfgang. 1981. Introduction to Text Linguistics. New York : Longman, 1981.

CHAROLLES, Michel. 1997. Introdução aos problemas da coerência nos textos. In: Charlot Galves, Eni Puccinelli Orlandi e Paulo Otoni (Orgs). O texto - leitura e escrita. Campinas: Pontes, 1997.

CHAUÍ, Marilena. 2000. Convite à Filosofia. São Paulo : Ática, 2000.

FÁVERO, Leonor Lopes. 2009. Coesão e coerência textuais . São Paulo - SP : Ática, 2009.

HALLIDAY, Michael A. K. e HANSAN, Ruqaiya. 1976. Cohesion in English. London : Longman, 1976.

HANKS, William F. 2008. O que é contexto? In: Anna Christina Bentes, Renato C. Rezende e Marco Antonio Rosa Machado (orgs). Língua como prática social. São Paulo : Cortez, 2008.

HEINEMANN, Wolfgang e VIEHWEGER. 1991. D. Textlinguistik. Tübingen: Niemeyer: eine Einführung, 1991.

JOHNSON-LAIRD, P. N. Mental models of meaning. In: Webber Joshi e SAG (Orgs.). Elements of discourse understanding. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

KATO, Mary. 1986. No mundo da escrita, uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1986.

KOCH, Ingedore G. Villaça. Introdução à linguística textual. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

————— Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2003.

————— O texto e a construção dos sentidos. São Paulo: Contexto, 2000a.

————— Referenciação e orientação argumentativa. In: Ingedore Villaça Koch, Edwiges Maria Morato e Anna Christina Bentes (orgs). Referenciação e discurso. São Paulo : Contexto, 2010.

KOCH, Ingedore Villaça e TRAVAGLIA, Carlos. A Coerência textual. São Paulo: Contexto, 2000

————— Texto e Coerência. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, Maria Luiza Cunha. Referenciação e investigação do processamento cognitivo: o exemplo do indefinido. In: Ingedore Villaça Koch, Edwiges Maria Morato e Anna Christina Bentes (Orgs). Referenciação e Discurso. São Paulo: Contexto, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

————— Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: Ingedore Villaça Koch, Edwiges Maria Morato e Anna Christina Bentes (Orgs). Referenciação e discurso. São Paulo: Contexto, 2010.

Mondada, L. "Gestion du topic et organisation de la conversation". : In Cadernos de Estudos Linguísticos, n.41, 2001.

MONDADA, Lorenza e DUBOIS, Daniéle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: Mônica Magalhães Cavalcante, Bernadete Biasi Rodrigues e Alena Ciulla. Referenciação. São Paulo: Contexto, 2003.

MORATO, Edwiges Maria. Metalinguagem e referenciação: a flexibilidade enunciativa nas práticas referenciais. In: Ingedore Villaça Koch, Edwiges Maria Morato e Anna Christina Bentes. Referenciação e discurso. São Paulo : Contexto, 2010.

PÉCORA, Alcir. Problemas de redação. São Paulo : Martins Fontes, 2011.

PLANTIN, Christian. A Argumentação - Histórias, teorias, perspectivas. São Paulo: Parábola, 2008.

SALOMÃO, Maria Margarida. Razão, realismo e verdade: o que nos ensina o estudo sociocognitivo da referência. In: Ingedore Villaça Koch, Edwiges Maria Morato e Anna Christina Bentes(Orgs). Referenciação e discurso. São Paulo: Contexto, 2010.

SAUTCHUK, Inez. A produção dialógica do texto escrito. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VAL, Maria da Costa. Redação e Textualidade. São Paulo : Martins Fonte, 2002.

VAN DIJK, Teun. A Cognição, discurso e interação. São Paulo : Contexto, 1992.

Anexos

Anexo I - Redações usadas para conceituar senso comum

Anexo II – Redações que compõem o *corpus*

Anexo I

Trechos de redações usados para conceituar o senso comum.

Excerto 1

Na minha opinião a necessidade do Brasil ser habitado por cidadãos é por que só assim teria menos violência porque cidadãos que é o cidadão respeita o direito dos outros, respeita as leis. Ex. mãe rouba, estupra crianças, mãe pratica bullying, pedofilia, linchamentos, Piração..., etc e assim vai.

As pessoas deviam ter mais consciência e lembrar que o Brasil é de todos, e que a gente tem direito de viver nele da melhor maneira possível, deveriam começar respeitando as leis.

Até hoje eu não entendo o porque, o motivo das pessoas em praticar violência, seria tudo tão mais simples e fácil se fosse respeitado as leis.

No meu ponto de vista se o Brasil continuar do jeito que tá não vai ser habitado apenas por cidadãos, sempre vai haver um cara estragado o que tentamos a anos arrumar.

Título: Brasil: Um país de Todos

1) Sabemos que o Brasil é um país que necessita de nós, seres humanos para habitá-lo. Mas não é só ele que precisa de nós, ~~mas~~ ~~mas~~ também nós que precisamos dele para sobreviver.

O Brasil é um país muito bonito, precisa melhorar em algumas áreas sim, mas mesmo assim, não deixa de ser bonito e encantador. Nele, existe vários pontos de diversão e entretenimento, não só para férias, mas também para jovens e até adultos, ou seja, pessoas de todas as idades. Como por exemplo: Parque de diversões, museus, estádio de Futebol, zoológicos, cinema, teatro, entre outros.

Entretanto, de que adianta ter todos esses lugares maravilhosos sem ter ninguém para apreciá-los? Não adianta nada.

2) Enfim, o Brasil precisa ser habitado para não deixar ao acaso esse país maravilhoso que ele é e as coisas e lugares especiais que ele pode oferecer.

Título: Brasil: Um país de Todos

1) Sabemos que o Brasil é um país que necessita de nós, seres humanos para habitá-lo. Mas não é só ele que precisa de nós, ~~mas~~ ~~mas~~ também nós que precisamos dele para sobreviver.

O Brasil é um país muito bonito, precisa melhorar em algumas áreas sim, mas mesmo assim, não deixa de ser bonito e encantador. Nele, existe vários pontos de diversão e entretenimento, não só para férias, mas também para jovens e até adultos, ou seja, pessoas de todas as idades. Como por exemplo: Parque de diversões, museus, estádio de Futebol, zoológicos, cinema, teatro, entre outros.

Entretanto, de que adianta ter todos esses lugares maravilhosos sem ter ninguém para apreciá-los? Não adianta nada.

2) Então, o Brasil precisa ser habitado para não deixar ao acaso esse país maravilhoso que ele é e as coisas e lugares especiais que ele pode oferecer.

O Brasil e as mercadorias.

O cidadão no Brasil, necessita de um
- Elogo e também varias coisas.

Brasil necessita de cidadãos por que o
cidadão ajuda a construir a criar por exemplo
a igreja quem cria pai honra e paga tamb
- m cidadãos necessitam no Brasil.

honda cada dia cria algo, Brasil (em
- um cada dia que passa.

O Brasil também precisa de cidadãos p
- ra conseguir dinheiro e comprar coisas
para o Brasil.

O povo do Brasil e a violencia muito
desobediência muitas brigas mortes
no no trânsito a briga o Brasil
e um bom país no tem que parar
com isso briga, morte, desobediência e lte

A falta de cidadania.

5/ O Brasil tem bastante necessidade de ser habitado por pessoas mais conscientes de seus direitos e deveres perante a sociedade, para ser capaz de alcançar a "Civilização".

Sendo os brasileiros uma população que não é capaz disso, tolera muitos tipos de infrações, que acabam por prejudicando.

Atores como: jogar papéis no chão, jogar no rio, vandalismo e violência, etc, que acabam fazendo com que o país tenha um grande queda em sua qualidade de vida.

Isso ocorre com muita frequência no Brasil, mas a falta de cidadania de quem faz isso ou de quem vê e "diz o passo" impede que o país venha a se desenvolver.

Bom, a necessidade é sem cidadão o Brasil não existiria, não seria um país.

Pois quem faz o país são os cidadãos, antes de existir o Brasil, a terra não era nada, era só um terra qualquer, quando descobriram o Brasil que começou a ter mais pessoas morando no país, e o Brasil ficou conhecido por causa dos cidadãos que moram no Bra.

O Brasil é um país como outros que tem muitos interessantes, o Brasil também tem muitos estrangeiros que vem de outros países pra morar aqui.

Os cidadãos são uma necessidade para o país crescer, são aqueles que fazem de tudo p seu país, crescer cada vez mais, também tem aqueles que só querem fazer o Brasil, matando, roubando e mais tirando isso o Brasil é um lugar bom pra se viver. Sem o cidadão não existiria o Brasil.

O Brasil dos Nândalos

8 / O Brasil hoje em dia parece ser habitado por um bando de pessoas irresponsáveis que não têm amor a pátria pois destroem trinômios públicos que ao invés disso não têm zelar pelo que é de todos.

Numa escola por exemplo os alunos desistem os materiais escolares que ganham da governa, riscam e quebram cadeira e mesas, mal sabem eles que aquilo tudo é comprado com o dinheiro que os próprios pais pagam de impostos.

19 / Então eu acho que as pessoas deveriam pensar antes de fazer essas coisas porque quem sai perdendo são eles mesmos, e o custo que fica horrível.

Cidadãos Brasileiros

16/ A necessidade do Brasil se habitado por cidadãos é muito grande, se não houverem cidadãos o país será uma lagunha total.

Res sempre: no Brasil já tem muitas maldades, falta de respeito, de honra, violência, e etc. E são os cidadãos que são muito poucos.

8/ Portanto não temos que nos conscientizar e ser pessoas melhores para que cada vez mais o Brasil surja, e acabe com essa discriminação, violência e com a falta de respeito.

Excerto 9

É importante si que o Brasil tem muito comércio hoje e ai se não houvessem pessoas, não teriam quem comprasse.

Outra coisa é a eficiência de não deixar Policiais e mundo Estaria perdido em um economia cidadã. São aquelas pessoas que fazem desse mundo um mundo melhor. Se a maioria fossem cidadãos e de caráter. O Brasil teria mais oportunidades e não seria tanto o melhor, se o mundo fosse um mundo.

Eu ainda acredito num país melhor com justiça e não pessoas ruins e sim pessoas de bom-caráter.

A massa cidadã

Nos dias de hoje como podemos observar, as pessoas estão cada vez mais diferentes, com atitudes inesperadas, ou seja estão deixando de exercer seu papel de cidadão, em manter a sociedade estável e conservada.

Ao assistirmos as notícias, não vemos as agradações mas sim tragédias, violência, negligência em geral que acaba atingindo a população como um todo, mas isso às vezes acontece na nossa frente, e acabamos diferenciando coisas desagradáveis, como por exemplo nos hospitais muitas vezes vemos mães despreparadas, que não estão capacitadas para um certo atendimento ou às vezes a pessoa está preparada em exercer sua função com uma vontade sem dar muita atenção à pessoa que realmente precisa. Como podemos notar, tem certas pessoas que não tem raciocínio e acaba fazendo algo inesperado destruindo sem mais e nem menos o patrimônio público coisa que pertence a sociedade em geral, de sem pensar nas consequências e nas pessoas necessitam.

Então, as pessoas de hoje estão completamente mudadas, deixando de ser o cidadão que a nos

11) O Brasil ser habitado por cidadãos
É uma das coisas em que os brasileiros
entendem que o Brasil é um País
muito Bem habitado por seus irmãos
que ajudam nas necessidades de nosso País
e que ajudam nas melhorias e negócios etc.
O Brasil atrai muitos turistas estrangeiros
que ajudam a população brasileira em
muitas melhorias que pode ser utilizadas
Para os benefícios do cidadão hoje em dia
na segurança do nosso surtimento e logo
que vamos fazer juntos e turistas
necessários que não sabemos das maravilhas
brasileira.



Sem nós não haveria nada.

Sem nós o Brasil não iria nem existir, foi nós que descobrimos o Brasil, graças a Pedro Álvares Cabral foi o homem que descobriu o Brasil e os índios.

Conforme o mundo foi evoluindo o homem fez muitas coisas, fábricas, ruas etc... O homem também descobriu como fazer fogo, a luz, a gravidade etc... Mas se não fosse nós seres humanos não existiria nada. Graças aos nossos antepassados nós fomos criados, nas nascemos. Se não fosse eles nós nem iríamos existir.

Acho que nós cidadãos devemos construir mais a nossa querida pátria, o Brasil. Tem milhares de pessoas passando fome nem tem o que comer, e o povo que tem desvaloriza isso. Em tão raras ocasiões vamos celebrar com os nossos povo assim nós poderíamos ficar todo mundo feliz.

Sem nós não haveria nada

Sem nós o Brasil não iria nem existir, foi nós que descobrimos o Brasil, graças a Pedro Álvares Cabral foi o homem que descobriu o Brasil e os índios.

Conforme o mundo foi evoluindo o homem fez grandes coisas, fabricas, ruas etc... O homem também descobriu como fazer fogo, a luz, a gravidade, etc... Mas se não fosse nós seres humanos não existia nada, graças aos nossos antepassados nós fomos criados, nos nascemos. Se não fosse eles nós nem iríamos existir.

Agora que nós cidadãos derramos ~~anfitri~~ mais a nossa querida patria, o Brasil. Tem milhares de pessoas passando fome nem tem o que comer, e o povo que tem desvaloriza isso. Em tão raras ocasiões lutar com os nossos povos assim nós podemos ficar todo mundo feliz.

A necessidade de o Brasil
ser habitado por cidadãos

14 O Brasil tem necessidade de o povo brasileiro porque sem o os brasileiros o mundo não é por exemplo a copa do mundo, não teria medalhas de ouro para a seleção brasileira etc.

O Brasil é habitado por muitos brasileiros também tem os estrangeiros, a necessidade de Brasil ter cidadãos habitado é grande.

Os cidadãos tem muitas escolhas neste país como estudar ser uma profissão, e viver a vida, mas tem aqueles que não têm essa mesma oportunidade que a grande maioria tem de estudar e ser alguém na vida muita dessas pessoas não tem isso acaba entrando nos drogas e a necessidade do Brasil é de ter um país melhor.

O Brasil ainda vai melhorar.

15 O Brasil como qualquer outro país, necessita mudanças porque se não houverem mudanças, não teremos empregos, escola, casas, saúde (e), governo etc.

Muitos pensam então preferível vir para o Brasil por pensar melhor, ler os países, ou morar no Brasil mesmo.

Mas sem saber eles, que o Brasil existem coisas boas que não tem e que fazer e construir um patrimônio público como por exemplo: nas escolas nas cozinhas, cânticos, autômatos os professores, quebram lençóis, etc. Nas peças quebram bancas, deixamos por saber que (i) os pais aqui que paga tudo isso e os impostos.

Todos nós podemos mudar isso e se quiser, se for com os filhos, dá uma educação melhor, ler e amigos que estão saindo para trabalhar, fazerem e o Brasil que quer que o Brasil melhore.

Cidadãos Brasileiros.

16/ A necessidade do Brasil se habitado por cidadãos é muito grande, se não houverem cidadãos o país será uma bagunça total.

Por exemplo: no Brasil já tem muitas maldades, falta de respeito, discriminação, violência, e etc. E são as coisas que são muito ruins.

8/ Portanto não temos que nos preocupar e (des) pessoas melhores, pois que cada vez mais o Brasil cresce, e acaba com essa discriminação, violência e com a falta de respeito.

Excerto 17

É importante o que o Brasil tem muito comere
Agora e ai se não houvessem pessoas, não tem
quem comprese.

Outra coisa é a evidência de não termos
Polícia e mundo Estaria perdido em um
convenção cidadões São aquelas pessoas
fazem deste mundo um mundo melhor
de a maioria fossem cidadãos e de
fora do Brasil seria mais oportu
des e não seria tanto melhor, fu
e catástrofe um mundo.

Eu ainda acredito um país mel
e com, justiça e não pessoas ruins
e sim pessoas de bom-caracter.

Cidadãos Brasileiros

16/ A necessidade do Brasil se habitado por cidadãos é muito grande, se não houverem cidadãos o país será uma bagunça total.

Por exemplo: no Brasil já tem muitas maldades, falta de respeito, de educação, violência, e etc. E são as coisas em muitos países.

8/ Portanto não temes que eles conscientizar e (se) pessoas melhores para que não seja só mas o Brasil surto, e acaba com essa discriminação, violência e com a falta de respeito.

O Brasil dos rãndalos

8 / O Brasil hoje em dia parece ser habitado por um bando de pessoas irresponsáveis que não têm amor a pátria pois destroem patrimônios públicos que ao invés disso só tinham zelar pelo que é de todos.

Numa escola por exemplo os alunos desentram os materiais escolares que ganham da governa, riscam e quebram cadeira e mesas, mal sabem eles que aquilo tudo é comprado com o dinheiro que os próprios pais pagam de impostos.

19 / Então eu acho que as pessoas deveriam pensar antes de fazer essas coisas porque quem sai perdendo são eles mesmos, e se contar que fica horrível.

Título: Como ser um cidadão.

Como ^{em} muitos países o Brasil também tem suas cultu-
ras, religiões, seus preziosos, etc; e também tem como necessid
de de cidadãos, mas como cidadão? Um cidadão por que
como em muitos países, no Brasil muitas pessoas não são
vistas como cidadão, essas pessoas não são aquelas que agri-
do o meio ambiente, que destruem patrimônios públicos, que são
viciados, que vandalizam o poluir e sujar a cidade, etc. É
isso que precisamos de novos cidadãos em nosso país.

Muitas pessoas acham que é muito difícil ser cidadão, e
uma pessoa sem "dividas com a sociedade", mas na realidade
muito fácil.

W Para ser um cidadão é se ajudar as pessoas
que precisam, não jogar lixo nas ruas, se preocupar com
o país em que você vive, e acima de tudo, ter respeito ao
seu próximo, com todos os seus vecinos.

Seu cidadão não é nada difícil, difícil é não ser
de vez em quando, pois assim você estava contribuindo para
obairar ainda mais a quantidade de pessoas de bem
em nosso país.

0 Brasil

21

21/ O Brasil é um país igual aos outros, tem seus habitantes, suas culturas, suas religiões e etc. A maioria das cidadãos do Brasil são muitas supersticiosas, pelo fato em que os um tem o seu crenças e religiões.

Certamente o Brasil tem mais habitantes não perco o que se deseja, cada um de nós zemos parte desse país, com as nossas conquistas, tudo que queremos nós conseguimos. Nossas coisas muito importantes nesse mundo.

Existem pessoas que moram em outros países e querem vir morar aqui, pelo fato que quem mora aqui tem uma vida melhor do que quem mora fora do nosso país. Um aviso: Brasileiros valorizem o país em que nós moramos, porque tem muitas pessoas que querem estar em seu lugar.

Nome: Juliana Alves Bode 1º E

Tema: A necessidade de o Brasil ser habitado por cidadãos

Hoje em dia, se prega muito a economia de cada país e seu PIB. Os Estados Unidos e o Japão são países econômicos por voltaçados pelo potencial de seus habitantes.

Imagine se esses países de primeiro mundo não tivessem trabalhadores que dão duro para conseguir um salário digno todo o mês, pagar as contas, etc, garantindo que não existiria nenhum país desenvolvido. O Brasil por ser demograficamente grande é considerado que ele tem poucos habitantes.

18/ Então, para que o Brasil se torne um país desenvolvido é preciso que ele seja povoado por nós e por de outros povos. Para que com o trabalho digno de cada cidadão ajude a declarar para melhor o país que hoje só está assim por incompetência das autoridades, que não dão estudo aos que precisam.

Finalmente que pessoa não quer morar em um país que não dá suporte à educação como o Brasil.

22 / não só o Brasil mas como todos o
 outros países deve ser habitado por
 cidadãos, por que sem as pessoas um
 país como o Brasil, por que sem os
 cidadãos não tem como escolher um
 presidente para o país, não tem com
 governar empresas, o país não vai se
 desenvolver, não toda cidadania, resumindo
 sem os cidadãos não existia o
 Brasil, quem faz o Brasil e os
 cidadãos não só o Brasil mas os
 outros países também não seria o mesmo
 sem o petróleo do Brasil, sem pessoas
 para explorar eles, não existia o
 petróleo para levar para fora, o Brasil
 e a maioria país produtor de petróleo é
 sem os cidadãos eles não tem o mesmo
 petróleo.

Com os cidadãos no Brasil foi e
 difícil escolher um presidente, governador, depu-
 ta, com os cidadãos foi e difícil
 governar o país imagine sem eles.

Sem nós não haveria nada

Sem nós o Brasil não iria nem existir, foi nós que descobrimos o Brasil, graças a Pedro Álvares Cabral foi o homem que descobriu o Brasil e os índios.

Conforme o mundo foi evoluindo o homem fez grandes coisas, fabricas, ruas etc... O homem também descobriu como fazer fogo, a luz, a gravidade etc... Mas se não fosse nós seres humanos não existiria nada, graças aos nossos antepassados nós fomos criados, nos nascemos. Se não fosse eles nós nem iríamos existir.

Agora que nós cidadãos devemos cuidar mais a nossa querida patria, o Brasil. Tem milhares de pessoas passando fome nem tem o que comer, e o povo que tem desvaloriza isso. Em tão raras ocasiões lutar com os nossos povos assim nós podemos ficar todo mundo feliz.

TEMA: A NECESSIDADE DE O BRASIL
SER HABITADOS POR CIDADÃOS

24

EU PENSO QUE O BRASIL TEM
NECESSIDADE DE SER HABITADO PELO
SER HUMANO E PELO CIDADÃO POR QUE
SE NÃO HOUVESE O CIDADÃO NÃO
AVERIAM LEIS E SE NÃO HOUVESE
LEIS AVERIAM CRIMES O TEMPO TOI
ASSASSINATOS A TODO MOMENTO ENTÃO
A HUMANIDADE IRIA SE CORROENDO
EM SANGUE E ENTÃO TERIAMOS UM
SER HUMANO MATANDO O OUTRO E
ENTÃO EM ALGUNS ANOS A HUMAN
DE SE ACABARIA E ENTÃO A TERRA
FICARIA COMO OUTROS PLANETAS DO
NOSSO SISTEMA SOLAR DESERTOS SO
COM ANIMAIS SE ELES SOBREVIVE
A CRUELDADE DO HOMEN SEM LEIS
E SEM ESCRUPULOS E FINALIZANDO
NÃO TERIAMOS HUMANIDADE

25 O Brasil tem a necessidade de ser habitado por cidadãos por que são os cidadãos que fazem o Brasil ser as pessoas não seria nem um país. Hoje o Brasil é o país do futebol tem uma boa economia por isso o Brasil é como os outros países, mas como qualquer um o mesmo país tem suas vantagens e desvantagens as pessoas que são brasileiros são muito inteligentes não que nos outros países não sejam, mas não só o Brasil mas também os outros países se não fossem habitados por seres humanos não teriam a mesma evolução que hoje temos ou também a tecnologia a principal razão da necessidade do Brasil ser habitado por cidadãos e por causa do raciocínio do ser humano. Hoje o Brasil está bem evoluído se tem o presidente, governo, vereadores e muitos outros cidadãos são eleitos pelo povo para cuidar do país. E assim que eu vejo a necessidade de o Brasil ser habitado por cidadãos.

25 O Brasil tem a necessidade de ser habitado por cidadãos por que são os cidadãos que fazem o Brasil ser as pessoas não seria nem um país. Hoje o Brasil é o país do futebol tem uma boa economia por isso o Brasil é como os outros países, mas como qualquer um o mesmo país tem suas vantagens e desvantagens as pessoas que são brasileiros são muito inteligentes não que nos outros países não sejam, mas não só o Brasil mas também os outros países se não fossem habitats por seres humanos não teriam a mesma evolução que hoje temos ou também a tecnologia. a principal razão da necessidade do Brasil ser habitado por cidadãos é por causa da racionalidade do ser humano. Hoje o Brasil está bem evoluído se tem o presidente, governador, Vereadores e muitos outros cidadãos são eleitos pelo povo para cuidar do país. É assim que eu vejo a necessidade de o Brasil ser habitado por cidadãos.

A necessidade de o Brasil ser habitado por cidadãos

27/ Os cidadãos que habitam o Brasil tem mais problemas que benefícios pois que eles só pensam em como fazer as coisas sem sair do sofá. Mas de qualquer jeito, o Brasil precisa ser habitado por cidadãos para unir a democracia, poder cuidar da natureza (ou ao menos tentar um pouco) plantando uma árvore ou alguma outra coisa, cuidando da sua cidade, preservando o meio ambiente, cuidando dos animais.

Alguns pessoas estão sempre tentando ajudar o nosso país enquanto outras pessoas não se importam em nada disso.

acho que a maior necessidade do Brasil ser habitado por cidadãos é que com eles faz algumas pessoas quererem trabalhar mais para ajudar uns aos outros e ajudar a melhorar o Brasil.

Anexo II - Redações que compõem o corpus

Redação 1

A necessidade de o Brasil ser habitado por cidadãos

Os cidadãos que habitam o Brasil tem mais problemas do que benefícios pois que eles só pensam em como fazer as coisas sem sair do sofá. Mas de qualquer jeito, o Brasil precisa ser habitado por cidadãos para unir a democracia, poder cuidar da natureza (ou pelo menos tentar um pouco) plantando uma árvore ou alguma outra coisa. Cuidando da sua cidade, preservando o meio ambiente, cuidando dos animais.

Algumas pessoas estão sempre tentando ajudar o nosso país enquanto outras pessoas não se importam em nada disso.

acho que a maior necessidade do Brasil ser habitado por cidadãos é que com eles faz algumas pessoas quererem trabalhar mais para ajudar uns aos outros e ajudar o Brasil.

O Brasil

37

21/ O Brasil é um país igual aos outros, tem seus habitantes, suas culturas, suas religiões e etc. A maioria das cidadãos do Brasil são muitas supersticiosas, pelo fato em que cada um tem o seu crenço e religiões.

Certamente o Brasil tem mais habitantes, mas pensa-se que se haja, cada um de nós fazemos parte desse país, com as nossas conquistas, tudo que queremos nós conseguimos. Mas sempre muito importantes nesse mundo.

Existem pessoas que moram em outros países e querem vir morar aqui, pelo fato que quem mora aqui tem uma vida melhor do que quem mora fora do nosso país. Um aviso: Brasileiros valorizem o país em que vocês moram, porque tem muitas pessoas que querem estar em seu lugar.

Redação 3

Pérolas aos Porcos: a cidadania do conformismo!

→ *Reveja o título*

Excelente

Antes de se exercer um papel social, é necessário compreender o que tal título significa. Portanto, muito antes de se reconhecer como cidadão, o ser humano precisa entender e aceitar o fato de estar inserido em uma sociedade. Jamais poderemos cobrar por direitos que desconhecemos, e nunca poderemos julgar de veres que não entendemos.

Direitos e Deveres: os alicerces para a vida social. Ter seus direitos atendidos e ~~seus~~ deveres cumpridos é a expectativa que a palavra "cidadania" invoca. O direito de ir e vir, o direito de livre expressão, são apenas os básicos. Temos também direito ao respeito e à vida. E esses são noções mais complexas do que aparentam. Além do mais, em contra-partida, existem os deveres: defender a pátria, preservar a natureza, garantir que as leis sejam cumpridas. Mas o que é a pátria? (Que leis são essas?)

O brasileiro está, em sua grande maioria, em uma nova espécie de entorpecimento. O próprio povo se absteém da participação social a nível político. O que não é inteiramente sua culpa, pois desde tempos passados criou-se esse condicionamento, esse conceito de que política é uma simples palhaçada desinteressante. Naturalmente, essa é uma noção falsa e limitante, mas que custa a se desmontar. E nesse meio, ninguém pensa no coletivo. Cada um busca a sobrevivência própria. Mas tem um detalhe: vivemos e convivemos em sociedade.

Vivendo em sociedade precisamos ir além das definições. Cidadão não é aquele que vive na cidade. Também não é somente aquele que tem direitos e deveres. Tampouco é como na antiga Atenas, onde apenas homens mais velhos e mais ricos na cidade tinham a voz da palavra. E ainda não é como nos

diar de hoje, onde ser cidadão é assegurar seu direito
ao voto. Ser cidadão é conhecer o Estado, e seu papel dentro
dele.

Apenas a educação pode formar cidadãos, e como Lenin
Canal bem disse, temos tanto direito de pensar como os porcos
têm de voar.

Nação filantropista

Há de se achar humanos, irmãos. Habitantes de um mesmo círculo, localidade de confrontos múltiplos. Um país legal, civil e político, abrangente o social. Lá, há de se ter amigos da raça humana cidadãos do mesmo mundo.

Naturalizar o zelo, fazer-se natural a socialização. O filântropo é favorável ao bem comum, busca de si a utilidade geral. A árvore seca perde os frutos, se não houver terra amiga a apresentar suas riquezas.

Humanizar-se é o altruísmo máximo de relacionamentos, pois confronta causas ao desfavor de si próprio e ao favor alheio. Pela nação, patrizar relações, indicará, assim, caminhos conexos pelos interesses coletivos.

Nascer, comer, crescer, repouso, abrigo, sustento, vida. Dizem da liberdade de direitos, cidadania.

Não há pátria sem dignidade humana. Há só a falsa de sem terras famintos, sedentos, doentes. Prisão de sombras, escravidão das necessidades.

Ser homem de seu país é olhar pelos habitantes. Ver e sentir pela causa do todo. Abrigar no intuito e capacitação de atitude. Ser indivíduo um claro cidadão.

A junção destes filantropiza o Brasil. Faz a todos o gozo da civilidade, política, moral, saúde e bem-estar. Apropriar-se dos bens oferecidos. Há prazer. Satisfação pelo tesouro nacional. Feitas moedas, valiosas de se ser irmãos.